

Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens



Gavião
2022-2026

Ficha técnica

Autoria

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Gavião

Contactos


 937 336 505 (atendimento permanente)

 cpcj.gaviao@cnpdpcj.pt

Morada

 Largo do Município 6040-102 Gavião

Horário de funcionamento

 Segunda-feira a sexta-feira das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00

**Aprovação do Plano
Comissão Alargada
20/06/2022**

Índice

Introdução – Pág. 6

Metodologia – Pág. 8

CPCJ de Gavião – Pág. 11

Diagnóstico organizacional – Pág. 13

Apresentação e análise dos dados quantitativos – Pág. 16

Desafios, potencialidades e fragilidades – Pág. 60

Considerações finais - Pág. 63

Plano Estratégico Local – Pág. 64

Monitorização e avaliação do Plano Local – Pág. 80

Referências – Pág. 81

Siglas

ADCR	Associações Desportivas, Culturais ou Recreativas
AEC	Atividades de Enriquecimento Curricular
AEG	Agrupamento de Escolas de Gavião
AMG	Assembleia Municipal de Gavião
APEGAV	Associação de Pais e Encarregados de Educação de Gavião
ATL	Atividades de Tempos Livres
CAF	Componente de Apoio à Família
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CESIS	Centro de Estudos para a Intervenção Social
CMG	Câmara Municipal de Gavião
CNCJ	Conselho Nacional de Crianças e Jovens



CNPDP CJ	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
ECMIJ	Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude
GNR	Guarda Nacional Republicana
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS	Instituto da Segurança Social
ME	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
PLPPDCJ	Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

Introdução

O presente documento constitui-se como o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens e foi construído pela Comissão de Proteção de Crianças em Jovens de Gavião em parceria com as crianças/jovens, famílias e diversas entidades locais e regionais (Agrupamento de Escolas, Centro de Saúde, Centro Distrital da Segurança Social de Portalegre, Santa Casa da Misericórdia, Associação de Pais, Município, Programa CLDS 4G, Testemunhas de Jeová, Instituto do Emprego e Formação Profissional de Ponte de Sor, Assembleia Municipal, Guarda Nacional Republicana, Núcleo de Desbravadores de Comenda, Banda Juvenil do Município, Clube Gavionense, Freguesias de Belver, Margem, Comenda e Gavião e Atalaia, Centro Cultural, Recreativo e Desportivo da Ferraria, Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste e Bombeiros Voluntários).

A elaboração deste Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens surge no seguimento da adesão ao Projeto Adélia, a 18 de outubro de 2019, proposto pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Este tem como objetivo o apoio à parentalidade positiva e a capacidade parental, considerando de extrema relevância o papel da prevenção e promoção dos direitos das crianças e jovens. Oferece a oportunidade de qualificar a intervenção da CPCJ, que trabalha em prol da realização de projetos ao nível da prevenção primária e secundária.

Este desenvolve-se em eixos que se intercetam, nomeadamente, maior proteção, maior capacitação, maior participação das crianças e dos jovens nas questões da parentalidade, mais famílias positivas e mais inovação social.

Trabalhar no sentido de promover os direitos da criança é construir um caminho para alcançar uma sociedade mais justa para crianças e pessoas adultas. Esta premissa e compromisso surgem da aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), em 1989, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, ratificada a 12 de setembro de 1990, em Portugal.

A construção deste Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens potencia o cumprimento de compromissos internacionais e assenta nos princípios que orientam a Convenção dos Direitos da Criança:

- Não Discriminação (artigo 2º): Deverá ser dada relevância às desigualdades sociais. É necessário considerar as crianças que pertencem a grupos com maior dificuldade em exercer os seus direitos e as condições que explicam as desigualdades existentes;
- Respeito pelo superior interesse das crianças (artigo 3º): Pensar em como a intervenção poderá afetar as crianças e quais as consequências no presente e no futuro;
- Direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (artigo 6º): As políticas devem garantir o desenvolvimento físico, psicológico, emocional, espiritual e social das crianças;
- Direito à participação (artigo 12º, 13º, 15º e 17º): As crianças devem ter espaço para expressar a sua opinião em todos os assuntos que as afetam. Deverão também sentir-se livres para participar em diferentes contextos, tanto ao nível individual, como em grupo, nos diferentes ambientes em que se movem.

Metodologia

“Contribuir significativamente para uma cultura de prevenção primária no domínio dos direitos da criança constitui uma das missões mais relevantes que o sistema de promoção e proteção confia às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens” (Leandro, 2008).

A afirmação de Leandro (2008) possibilita a reflexão acerca da relevância da prática preventiva relativa aos direitos das crianças e jovens, enaltecendo a importância do trabalho dinamizado e articulado entre as diversas entidades e a sua subsequente influência na promoção dos direitos das crianças e jovens.

Assim, surge a necessidade da elaboração do PLPPDCJ. Este instrumento de implementação dos direitos das crianças e jovens, objetiva a execução de medidas preventivas para uma parentalidade mais positiva e auxilia as famílias neste mesmo processo.

O Plano teve como ponto de partida a auscultação do maior número de crianças, jovens, famílias e técnicos das entidades locais competentes na matéria da infância e juventude intervenientes no concelho de Gavião, através da aplicação de 4 diferentes questionários, designadamente: Questionário 6B – Ferramenta de Diagnóstico para Crianças (Anexo 1); Questionário 6A- Ferramenta de Diagnóstico para Jovens (Anexo 2); Questionário 7 – A Participação das Famílias no Diagnóstico Local (Anexo 3) e Questionário 8 – Autodiagnóstico para Entidades com Intervenção na Infância e Juventude (Anexo 4).

Optou-se pelo uso deste método de recolha de dados, por este ser pouco dispendioso e de fácil utilização, não carecer da presença do investigador perante o respondente e possibilitar a envolvência de um maior número de participantes da comunidade (Haguette, 1997).

Os questionários foram elaborados por técnicos especializados da CNPDPCJ e adaptados numa versão final pela CPCJ de Gavião considerando a idiosincrasia desta população. Na referida adaptação foram excluídas questões consideradas irrelevantes para o aludido contexto. É de referir que todo o procedimento foi aprovado em reunião de Comissários.

Após a consecução da versão adaptada, foram agendadas reuniões com as entidades parceiras (i.e., o diretor do AEG e os representantes dos encarregados de educação) a fim de divulgar o Projeto e apresentar os questionários.

A recolha dos dados mediante a aplicação dos questionários foi realizada de forma presencial e não presencial (através da plataforma *Google Forms*), tendo sido disponibilizado a cada participante um link com o respetivo questionário.

O preenchimento dos questionários foi efetuado nos seguintes moldes: nas crianças com menos de 6 anos, o questionário foi respondido pelos encarregados de educação; nas crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos estudantes do AEG, o preenchimento dos questionários foi feito com o apoio dos professores e diretores de turma na disciplina de Cidadania, tendo sido recolhido previamente o consentimento dos encarregados de educação para o efeito e nas crianças e jovens que estudam noutros estabelecimentos de ensino, foram contactados os seus encarregados de educação para a obtenção do consentimento e posterior envio do link.

Nas situações em que o acesso à internet encontrava-se condicionado foram disponibilizados questionários em papel através dos representantes dos encarregados de educação e dos diretores de turma.

Os questionários aplicados às crianças dos 6 aos 12 anos e aos jovens dos 13 aos 18 anos, destinaram-se à recolha de opiniões face aos seus direitos, estando divididos por 6 temas: “Brincadeira e Lazer”, “A Minha

Participação e Cidadania”, “A Minha Segurança e Protecção”, “A Minha Saúde”, “A Minha Educação” e “A Minha Vida Pessoal”.

O questionário dirigido às famílias pretendeu conhecer a opinião destas sobre os direitos das crianças e jovens no seu concelho, sendo composto pelas seguintes temáticas: “Brincadeira e Lazer”, “Participação e Cidadania”, “Segurança e Protecção”, “Saúde”, “Educação” e “Conciliação entre a vida Familiar e Trabalho”.

Por último, o questionário aplicado às entidades parceiras objetivou a identificação de aspetos a melhorar, relativamente às práticas institucionais, estando organizado da seguinte forma: “A Convenção sobre os Direitos da Criança: Formação e Informação”, “Participação das Crianças”; “Princípio da não discriminação”, “Trabalho com as Famílias” e “Política de Protecção”.

As perguntas dos questionários seguiram tipologias idênticas de resposta (i.e., em questões não relacionadas aos dados sociodemográficos). Os questionários 6A, 6B e 7 tinham por opções: “Completamente verdade”, “Nem sempre”, “Não é verdade ou Não acontece” e “Não sei”, todavia, a questão nº55 do questionário 6A tinha como opções: “Sim”, “Não” e “Não sei/Prefiro não responder”. Relativamente ao questionário 8, as opções de resposta eram: “Discordo completamente”, “Discordo”, “Concordo”, “Concordo inteiramente”, “Não se aplica” e “Não sei”.

O Plano foi elaborado tendo por base 142 questionários respondidos por famílias, 28 questionários respondidos pelas ECMIJ, 115 questionários respondidos por crianças dos 6 aos 12 anos e 128 questionários respondidos por jovens dos 13 aos 18 anos.

Importa referir que os dados obtidos foram tratados pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social através de métodos estatísticos, garantindo a confidencialidade das respostas e o anonimato dos respondentes.

Simultaneamente ao procedimento de aplicação dos questionários, foi realizada a consulta, recolha, seleção e análise dos diversos documentos existentes a nível concelhio e regional com informação relevante sobre

indicadores referentes às crianças, jovens e famílias do concelho, nomeadamente nos domínios da saúde, segurança, ação social, educação e demografia.

CPCJ de Gavião

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gavião, doravante designada por CPCJ de Gavião, foi declarada instalada pela Portaria n.º 823/2005, de 14 de setembro (portaria conjunta dos Ministros da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social). É uma instituição oficial não judiciária, com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Esta exerce as suas atribuições/competências, em conformidade com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro¹), na área do Município de Gavião, que se situa no Alto Alentejo (NUTS III) e pertence administrativamente ao distrito de Portalegre.

O concelho ocupa uma superfície de 293.547 Km² e é constituído por quatro freguesias: Belver, Comenda, Margem e União de Freguesias de Gavião e Atalaia (<https://www.cimaa.pt/municipio-de-gaviao/>, recuperado em 3 de maio, 2022).

A composição da Comissão Alargada obedece ao estipulado no art. 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens de Gavião, exceto no que se refere às alíneas g) e j), pelo facto de não existirem instituições particulares de solidariedade social ou outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da Comissão de Proteção,


¹ Alterações introduzidas à Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro: Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto; Lei n.º 142/2015, de 08 de Setembro; Lei n.º 23/2017, de 23 de Maio e Lei n.º 26/2018, de 05 de Julho.

respostas sociais de carácter residencial dirigidas a crianças e jovens e as associações de jovens/Conselho Municipal da Juventude se encontrarem inativos.

A Missão, Visão e Valores da CPCJ de Gavião entrecruzam-se com os definidos pela CNPDPCJ e assentam nos princípios enunciados na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990 (Decreto do Presidente da República n.º 49/90), na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.


MISSÃO

Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Jovens, através de um processo colaborativo com as ECMIJ e da sensibilização/informação da comunidade, por forma a gerar uma responsabilização coletiva para a efetiva concretização desses Direitos.




VISÃO

Constituir-se como instituição de referência da Promoção e Defesa dos Direitos de todas as Crianças e Jovens do Concelho, prestando um olhar especial às/aos mais desfavorecidos/as e/ou vulneráveis.



VALORES

Humanismo
Rigor
Imparcialidade
Transparência
Responsabilidade
Eficiência
Respeito
Tolerância



Diagnóstico organizacional

Conforme enunciado no Documento 2 “Análise da situação - o autodiagnóstico” produzido pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS), no contexto da elaboração de um Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens, que se pretende que produza impacto nas suas vidas e na sociedade, um diagnóstico organizacional pode constituir-se como um pilar importante da compreensão sobre a situação social da infância/juventude, no concelho, e da identificação de (eventuais) limites do funcionamento da CPCJ, no que diz respeito à sua capacidade (e capacitação) na implementação dos direitos das crianças e dos jovens.

Para a realização do diagnóstico organizacional da instituição, recorreu-se aos seguintes instrumentos disponibilizados pelo CESIS: Questionário de autoaplicação dirigido à Presidência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (Questionário de autodiagnóstico 1); Questionário de autoaplicação dirigido a todos os elementos da Comissão Alargada (Questionário de autodiagnóstico 2) e Questionário de autoaplicação a ser preenchido por todos os/as profissionais que integram a Comissão Restrita (Questionário de autodiagnóstico 3).

O preenchimento destes questionários foi feito online, de forma anónima, tendo promovido uma reflexão pessoal sobre as práticas profissionais, dos diferentes membros, no contexto da sua atividade na CPCJ. Simultaneamente, procedeu-se ao preenchimento do Questionário de diagnóstico organizacional dirigido a todos os elementos da Comissão, tendo-se optado por fazer uma reflexão em pequenos grupos de trabalho e, posteriormente, uma reflexão conjunta das respostas dadas, cujo resultado foi também registado online.

Após o tratamento dos dados pelo CESIS, agendou-se uma reunião da Comissão Alargada, com vista à análise dos resultados obtidos. Este procedimento foi bastante participado e ocorreu em ambiente de total confiança e abertura.

Maioritariamente consensualizadas as ideias/opiniões partilhadas, procedeu-se ao seu registo nas diversas dimensões da matriz SWOT, que se apresenta na página seguinte e foi adaptada para o efeito.

ANÁLISE SWOT

Ambiente interno e externo Fatores internos e externos

Forças/Oportunidades

- Crescente reconhecimento da CPCJ na comunidade
- Equipa coesa e comprometida com a missão, visão e valores da CPCJ
- Tempo entre sinalização e avaliação adequado à situação de cada criança/jovem
- Acompanhamento efetivo de todas as crianças/jovens com medidas de promoção e proteção
- Atitude inclusiva por parte de todos os técnicos que trabalham diretamente com crianças/jovens
- Adequação da localização e horário de funcionamento da CPCJ

Fraquezas/Ameaças

- Necessidade de construção de documentos orientadores para a intervenção e de critérios ainda mais específicos para avaliar/determinar o superior interesse da criança, bem como a sua audição e participação
- Disparidades ao nível da detenção/frequência de formação especializada/creditada para lidar com crianças e jovens, no âmbito do exercício de funções na CPCJ
- Dificuldade no cumprimento dos tempos de afetação mínimos, por parte de alguns membros
- Necessidade de criar grupos de trabalho pró-ativos para assuntos específicos, delegando-se competências

Forças/Oportunidades

- Divulgação atempada da calendarização e agenda das reuniões
- Liberdade de participação e expressão por parte de todos os membros da CPCJ
- Existência de Plano Anual de Atividades
- Articulação intencional e sistemática com ECMIJ
- Conhecimento dos serviços locais que podem apoiar as crianças e jovens com medidas de promoção e proteção e qualidade dos mesmos
- Cumprimento, por parte da CMG, do apoio logístico, fundo de maneiio, seguro, transporte e apoio administrativo
- Rede Social local atenta e interventiva

Fraquezas/Ameaças

- Escassez de recursos / entidades de 1ª linha, nomeadamente casas abrigo, CAFAP, mediação/terapia familiar, pedopsiquiatria alojamento de emergência...
- Insuficiente conhecimento das necessidades, interesses e/ou preocupações em matéria de Infância e Juventude, junto das crianças/jovens, famílias e entidades locais
- Inexistência de Plano de Ação Local para a Infância e Juventude
- Inexistência de dispositivos de reflexão/avaliação dos técnicos/membros da CPCJ para rever estratégias e definir progressos, bem como de aferição da satisfação das crianças/jovens e suas famílias face aos serviços prestados pela CPCJ

Apresentação e análise dos dados quantitativos

Análise dos dados regionais facultados por fontes de informação

Demografia e Famílias

Gráfico 1

População residente: variação entre 2001 e 2021

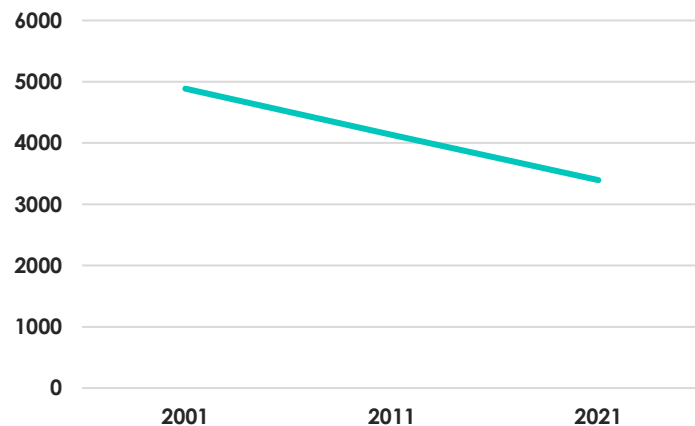
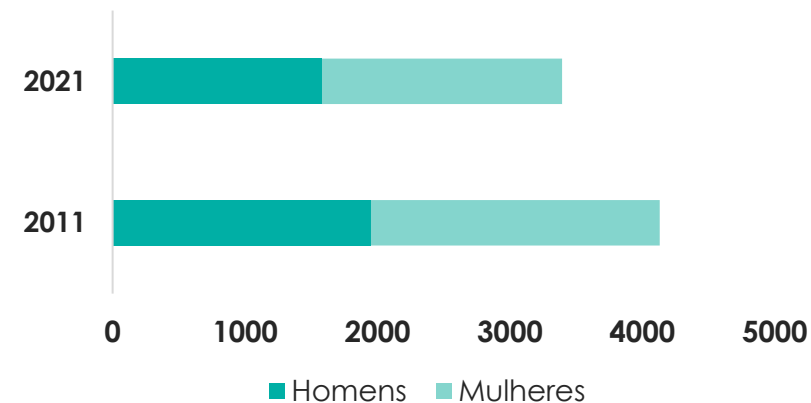


Gráfico 2

População residente por sexo: variação entre 2011 e 2021



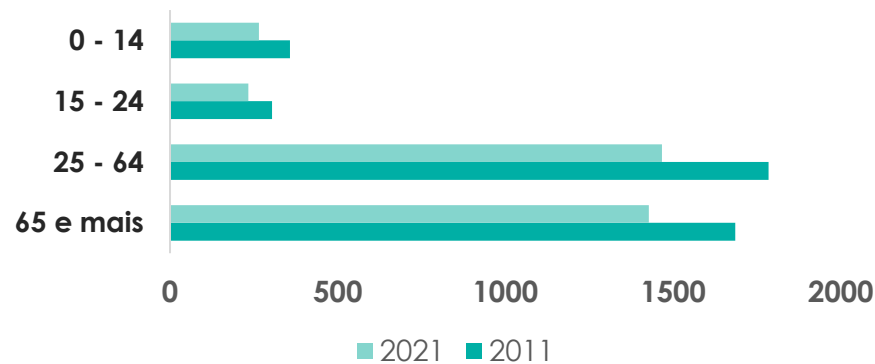
Fontes/Entidades: INE, PORDATA

A tendência de decréscimo é bastante significativa, se tivermos em linha de conta as variações registadas a nível nacional (-2,1%) e na região Alentejo (-6,9%).

No concelho de Gavião residem mais 232 indivíduos do sexo feminino (n=1581) do que do sexo masculino (n=1813), sendo que a variação registada entre 2011 e 2021 é bastante aproximada (diferença de apenas 2,1%).

Gráfico 3

População residente por grupo etário: variação entre 2011 e 2021



Fontes/Entidades: INE

Tabela 1

Índice de envelhecimento - Idosos por 100 jovens (Rácio %)

	2011	2020
Portugal	127,8	Pro 182,1
Alto Alentejo	213,0	Pro 253,6
Gavião	470,7	Pro 538,9

Fontes/Entidades: INE, PORDATA (Última atualização -2021-12-16)

No espaço temporal em análise (entre 2011 e 2021), assiste-se a um decréscimo relevante da população infantojuvenil, em Gavião. Face a 2011, residem no concelho menos 93 crianças dos 0 aos 14 anos (-26%) e menos 70 jovens dos 15 aos 24 anos (-23%). Apenas 14,7% da população total (3394 habitantes) se inscreve no grupo etário dos 0 aos 24 anos. Comparativamente à região Alentejo, regista-se uma variação de -10,8% no grupo etário dos 0 aos 14 e de -16,3% no grupo etário dos 15 aos 24. Segundo os Censos 2021, no Município de Gavião, por cada 100 residentes, há 8 jovens com menos de 15 anos, 50 adultos e 42 idosos.

O envelhecimento da população gavionense é bastante expressivo. Em 2020, residiam em Gavião 538 idosos por cada 100 jovens, um claro aumento face a 2011 que registou 470 idosos por cada 100 jovens. Este índice excede, em muito, o registado não só em Portugal como no território da comunidade intermunicipal em que se insere (Alto Alentejo).

Tabela 2

Índice Sintético de Fecundidade (Indivíduo- Média)
(Número médio de filhos por mulher em idade fértil dos 15 aos 49 anos)

	2011	2020
Portugal	1,35	1,40
Alto Alentejo	1,28	1,37
Gavião	0,92	1,11

Tabela 3

Taxa de Fecundidade Geral (%)
(filhos por 1.000 mulheres em idade fértil)

	2011	2020
Portugal	38,6	37,3
Alto Alentejo	35,5	35,5
Gavião	23,8	26,4

Fontes/Entidades: INE, PORDATA (Última atualização: 2022-04-28)

Tabela 4

Taxa bruta de natalidade (%)
(nascimentos por mil residentes)

	2011	2020
Portugal	9,2	8,2
Alentejo	7,4	7,1
Gavião	4,1	4,3

Tabela 5

Nº de nados-vivos de mães residentes em Gavião por grupo etário da mãe, em 2021

	2011	2020
Portugal	29,2	30,7
Alentejo	28,5	29,7

Fontes/Entidades: INE, PORDATA (Última atualização: 2022-04-28)

Fontes/Entidades: INE, PORDATA (Última atualização: 2022-05-30)

Tabela 6

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho

	10 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	>40
Gavião	0	0	3	4	3	4	0

Fontes/Entidades: INE, PORDATA (Última atualização: 2022-04-28)

Segundo dados do INE, em 2021, nasceram em Gavião 14 crianças, 5 do sexo masculino e 9 do sexo feminino, sendo o segundo valor mais baixo, quando comparado com o dos restantes Municípios do Alto Alentejo. Destaca-se, no entanto, o ligeiro aumento do Índice Sintético de Fecundidade, acompanhando a tendência registada em Portugal e no território intermunicipal, e da Taxa Bruta de Natalidade, sendo que, neste indicador, contraria a evolução regressiva registada no nosso país e no Alto Alentejo. Apesar dos aumentos referidos no parágrafo anterior, sublinha-se o facto de o Índice Sintético de Fecundidade (1,11) apresentar um valor bastante menor daquele que é considerado pelo INE como o nível mínimo de substituição de gerações, nos países mais desenvolvidos (2,1).

No Alentejo, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho tem vindo a aumentar, tendo passado de 28,5, em 2011, para 29,7, em 2020. Em Gavião, a distribuição do número de filhos por grupo etário da mãe, em 2021, foi praticamente equitativa, sendo que em 50% dos nascimentos as mães tinham entre 30 e 39 anos de idade. Ressalta-se que, em 2020, a diferença entre o número de nascimentos e o de mortes, em Gavião, foi negativo, traduzindo-se num saldo natural de menos 80 indivíduos. Em contrapartida, o saldo migratório foi nulo.

Tabela 7

Agregados por tipo no concelho de Gavião

	Agregado Doméstico Privado	Agregado institucional	Total
2011	1743	5	1748
2021	1468	5	1473
Var.	-15,8%	0,0%	-15,7%

Fontes/Entidades: INE

Em Gavião, entre 2011 e 2021, registou-se uma variação considerável (-15,8%) do número de agregados domésticos privados, sendo que, no Alto Alentejo, foi apenas superado pelos Municípios de Barrancos (-16,9%) e Nisa (-17,5%).

Tabela 8

Agregados domésticos privados: total e por tipo de composição (Alojamento - Milhares)

	Total		1 indivíduo		Casal sem filhos		Casal com filhos		Família monoparental		Outros	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	4 001,2	3 795,1	770,1	655,0	923,9	765,2	1496,5	1529,1	398,2 (M:50,7/F:347,4)	452,8 (M:82,1/F:370,8)	412,5	393,0
Alentejo	306,8	273,5	68,0	57,3	85,1	68,8	108,9	99,1	26,3 (M:4,1/F:22,2)	25,3 (M:5,4/F:19,9)	18,5	23,1

Fontes/Entidades: INE, PORDATA (Última atualização: 2022-04-07)

Gráfico 4

Agregados domésticos privados por dimensão, no concelho



Fontes/Entidades: INE (Censos 2021 - Resultados Provisórios)

Tabela 9

Nº de agregados domésticos privados por dimensão, no concelho

	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 ou + pessoas	Total
2011	499	681	306	187	70	1743
2021	427	599	274	136	32	1468

Pela análise da tabela 9 pode concluir-se que o tipo de agregado doméstico dominante no Alentejo é o “casal com filhos”, à semelhança do que ocorre no território nacional. No entanto, enquanto que em Portugal se verifica um aumento do número de agregados que se inscrevem nas tipologias “casal com filhos” e “família monoparental”, no Alentejo só se verifica um acréscimo dos agregados domésticos privados que não têm uma tipologia definida (“Outros”). Atendendo apenas ao tipo de composição “família monoparental”, destaca-se amplamente o número de agregados em que é a mãe que reside habitualmente com o(s) filho(s), assumindo, por esse facto, uma maior responsabilização no que concerne ao exercício da parentalidade.

Na última década, em Portugal, verificou-se um aumento deste tipo de agregado privado doméstico, contrariamente ao que se verificou na região Alentejo, em que se assistiu não só à sua diminuição, como a disparidade entre o número de agregados monoparentais masculinos e femininos reduziu em 8,6%, sendo que a nível nacional esse valor se situou em 7,5%. É também relevante o número de agregados constituídos por um único indivíduo e por casais sem filhos. Tendência semelhante se verifica no concelho de Gavião, onde estas categorias atingem 69,9% do total de agregados (1 pessoa: 29,1%; 2 pessoas: 40,8%), evidenciando que mais de metade da população integra as tipologias “1 indivíduo”, “casal sem filhos”, “família monoparental” ou “outros”. Se se tiver ainda em conta que os agregados domésticos com 3 pessoas apresentam um valor percentual de 18,7%, com forte possibilidade de corresponderem a famílias com um único filho, concluiu-se que apenas 11,4% do total de agregados do concelho integram quatro ou mais pessoas. Assume particular relevância o facto de, no período em análise (2011/2021), se ter assistido a um decréscimo de todos os agregados domésticos privados, independentemente da sua dimensão.

Gráfico 5

População residente por sexo e estado civil

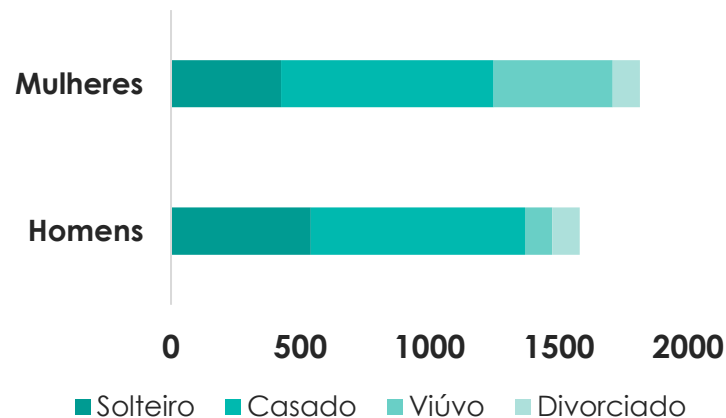


Tabela 10

Taxa bruta de divorcialidade (%)

	2011	2020
Portugal	2,5	Pro 1,7
Alto Alentejo	2,4	Pro 1,4
Gavião	2,2	Pro 0,9

Fontes/Entidades: INE (Censos 2021 - Resultados Provisórios)

Fontes/Entidades: INE | DGPJ/MJ, INE, PORDATA (Última atualização: 2022-04-29)

A maioria da população residente no concelho é casada. Comparativamente à taxa de divorcialidade registada a nível nacional e no Alto Alentejo, Gavião apresenta um valor significativamente inferior e mantém a tendência de decréscimo registada também nos territórios enunciados.

Tabela 11

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo (Euro-Média)

	2011	2019
Portugal	1 083,8 (M-1195,4; F-945,9)	1 206,3 (M-1307,7; F-1084,7)
Alto Alentejo	881,2 (M-980,7; F-773,4)	989,5 (M-1071,8; F-900,3)
Gavião	743,3 (M-902,9; F-644,4)	854,5 (M-1103,7; F-733,0)

Fontes/Entidades: PORDATA (Última atualização: 2021-07-30) GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Em Gavião, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem é inferior ao registado na NUTS III em que se insere e significativamente menor do registado em Portugal. Constitui exceção o salário médio mensal dos homens, em 2019, que é ligeiramente superior ao auferido pelos indivíduos do mesmo sexo, no Alto Alentejo.

Em todos os territórios considerados, continua a verificar-se a desigualdade salarial entre sexos, com as mulheres a receberem um salário médio mensal inferior ao dos homens.

Estas assimetrias evidenciam uma maior propensão para situações de vulnerabilidade social e económica, que afetam especialmente as crianças e jovens.

Tabela 12

Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%)

	2011	2020
Portugal	7,9	5,8
Alto Alentejo	8,7	6,5
Gavião	9,4	4,5

Fontes/Entidades: INE, PORDATA | IEFP/MTSSS-METD (Última atualização: 2022-02-07)

Tabela 13

Dados do rendimento Social de Inserção registados a 2022

Rendimento Social de Inserção (RSI) – Dados a 06/06/2022

Nº de famílias beneficiárias
30

Valor médio do RSI por família

Isolado - €189,66;
Dois adultos - €322,42;
Casal e dois menores de idade - €512,08;
Casal com três menores de idade - €606,91

Nº de pessoas beneficiárias (>18 anos)

Masc: 22 Fem: 17

Nº de pessoas beneficiárias (<18 anos)

Masc: 11 Fem: 9

Tabela 14

Desemprego registado no concelho de Gavião: sexo, situação face à procura de emprego; grupo etário e nível de escolaridade (Indivíduo)

	Sexo			Situação		Grupo Etário					Escolaridade				
	TOTAL	Masc.	Fem.	1º Emprego	À procura de novo emprego	<25	25-34	35-54	55 ou+	<1º CEB	1ºCEB	2º CEB	3º CEB	Sec.	Sup.
maio 2011	192	102	90	19	173	28	41	95	28	18	40	44	41	39	10
maio 2022	77	40	37	8	69	8	14	41	14	6	13	13	14	23	8

Fontes/Entidades: IEFP/MTSSS – Estatísticas Mensais por Concelhos

É de realçar a substancial melhoria dos dados do desemprego no concelho de Gavião. Segundo os valores apresentados na tabela 15 é possível constatar que a percentagem de desempregados inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional no total da população residente com 15 a 64 anos, reduziu em cerca de metade (de 9,4, em 2011 para 4,5, em 2020). Este facto terá certamente um impacto positivo na vida das famílias e das crianças e jovens que delas dependem. Comparativamente ao panorama nacional e ao Alto Alentejo, Gavião revela uma total inversão. Consegue quebrar a situação de clara desvantagem, registada em 2011, assumindo, em 2020, uma taxa inferior às dos territórios referidos. Segundo as Estatísticas Mensais por Concelhos – Maio de 2022, do IEFP/MTSSS, verifica-se que é maior o número de desempregados do sexo masculino, apesar de os valores não diferirem muito dos registados nos indivíduos do sexo feminino. A maioria dos indivíduos inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional encontra-se em situação de procura de novo emprego, sendo residual o número dos que pretendem um primeiro emprego. Em ambos os anos em análise, em período homólogo (maio), é o grupo etário dos 35 aos 54 que tem maior peso nos números do desemprego concelhio, seguido do que inclui os indivíduos dos 25 aos 34. Este facto é preocupante, pois são estes grupos etários que terão filhos menores de idade a seu cargo.

O valor do desemprego é também maior nos indivíduos que não prosseguem estudos de nível superior, não se verificando grandes disparidades no que respeita aos restantes níveis de escolaridade. Em 2022, sobressai o valor de desempregados com o nível Secundário, facto que provavelmente decorre do cumprimento da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que veio estabelecer o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar (entre os 6 e os 18 anos), pelo que em 2022, a maioria da população terá completado o Ensino Secundário.

Desenvolvimento

Gráfico 6

População residente por níveis de ensino

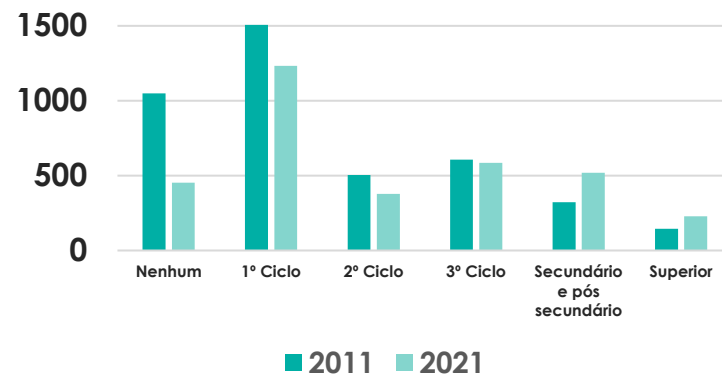


Tabela 15

Taxa bruta de escolarização por nível educativo/de ensino (%) (alunos matriculados no pré-escolar, básico ou secundário face à população em idade normal de frequência desses ciclos)

	Educação Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
2019/20	120,8	106,3	130,0	150,0	48,4

Fonte: DGEEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência)
Fontes/Entidades: INE (Censos 2021 – Resultados Provisórios)

Entre 2011 e 2021, verificou-se uma melhoria do nível das habilitações académicas da população residente no concelho. Neste período, assistiu-se a uma redução significativa do número de indivíduos que não concluíram qualquer nível de ensino (de 25,4% da população, em 2011, para 13,3%, em 2021), situando-se o seu valor em – 2,4% do que o apurado na região Alentejo. Também se registou um decréscimo percentual no que se refere ao número de pessoas que completaram apenas os 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, por oposição ao acréscimo do número de indivíduos que terminaram o Ensino Secundário, pós-Secundário não superior e Superior.

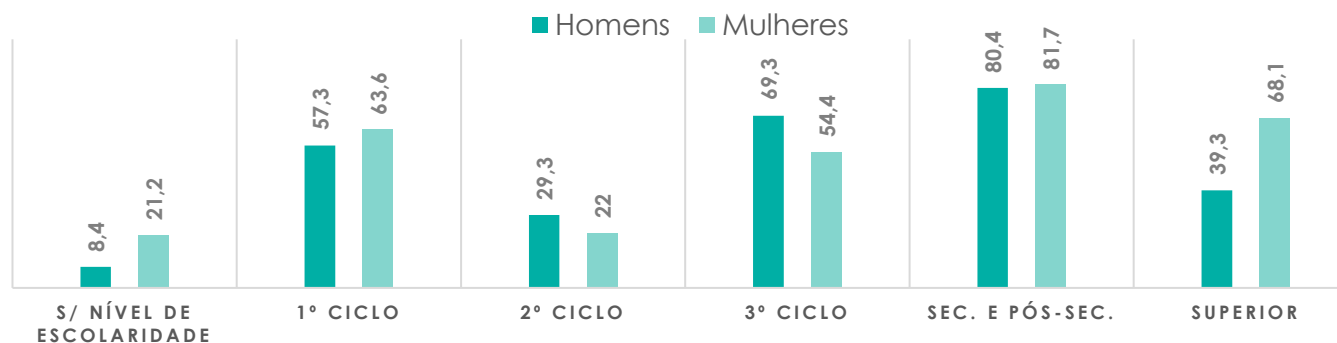
Destaca-se, contudo, a reduzida percentagem da população que prossegue e conclui estudos para além do Ensino Básico (22% em 2021), sendo que apenas 6,7% é detentora de formação superior.

Nestes níveis de ensino, em 2021, o Município ainda não conseguiu alcançar os valores registados na NUT II – Alentejo (34% com conclusão do Ensino Secundário, pós-Secundário não superior e Superior; 13% com formação superior). Excetuando o ensino Secundário, a taxa bruta de escolarização em todos os níveis educativos/de ensino é superior a 100%, facto que remete para um número de alunos matriculados superior ao que seria expectável considerando a população residente em idade correspondente a esses níveis.

Estes valores decorrem do facto de um número significativo de alunos, que se encontram matriculados no Agrupamento, residirem no concelho limítrofe de Abrantes. A taxa de 48,4%, no Ensino Secundário, deve interpretar-se tendo em conta o facto de a oferta formativa do Agrupamento de Escolas de Gavião contemplar, neste nível de ensino, apenas os Cursos Profissionais, realidade que leva a que muitos jovens tenham de procurar outros territórios educativos (Abrantes, Mação, Ponte de Sor, Portalegre, Mouriscas) para frequentarem cursos científico-humanísticos ou outras ofertas formativas.

Gráfico 7

População residente no Alentejo com 16 e mais anos: nível de escolaridade e sexo (Indivíduo-Milhares)



Fontes/Entidades: INE, PORDATA (Última atualização: 2022-03-18)

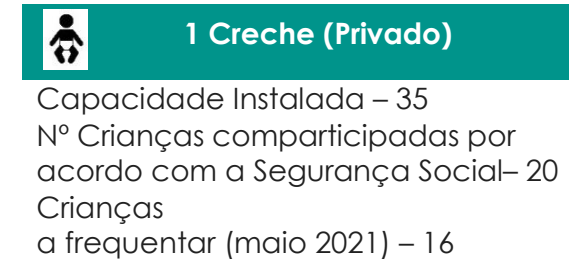
Tabela 16
Estabelecimentos de Educação/Ensino

	Estabelecimentos de Educação/Ensino		
	Público	Privado	Total
Pré-escolar	2	1	3
1º Ciclo	2	0	2
2º e 3º Ciclos e Secundário	1	0	1

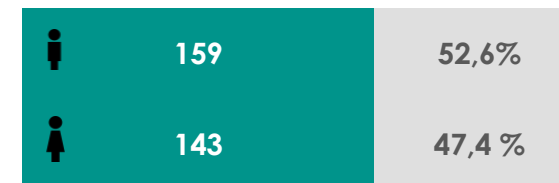
Tabela 17
Distribuição do nº de crianças/alunos, por nível educativo: de 2019.20 a 2021.22

	2019.20	2020.21	2021.22
Pré-escolar	40	35	50
1º Ciclo	85	75	79
2º Ciclo	52	59	54
3º Ciclo	90	87	89
Secundário (Cursos Profissionais)	20	30	30
TOTAL	287	286	302

Infográfico 1
Nº de creches



Infográfico 2
Crianças/alunos matriculados no AEG, em 2021.22, por sexo



Fontes/Entidades: AEG (OIRE)

No ano letivo 2021.22, verificou-se a expansão do universo de alunos do Agrupamento, por comparação com o ano letivo anterior (de 286 para 302). O maior aumento registou-se na Educação Pré-Escolar devido à abertura de uma nova sala da rede pública, na Escola Básica e Secundária de Gavião.

Gráfico 8

Taxa de transição/aprovação do AEG:2009.10 a 2020.21 (1º, 2, e 3º Ciclos)

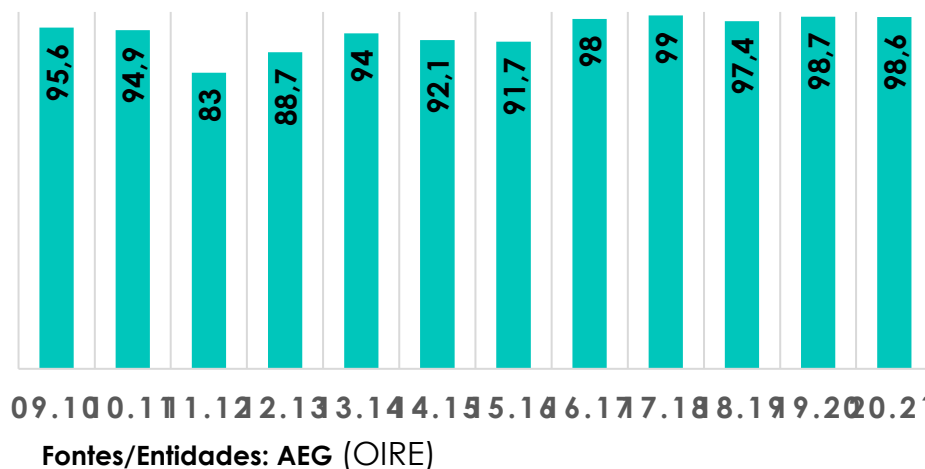
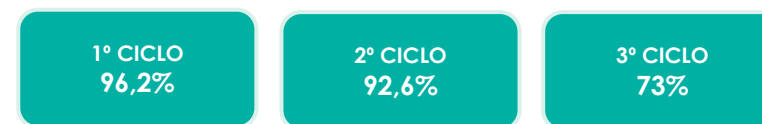


Gráfico 9

Infográfico – Taxa de transição/aprovação do AEG: final do 1º semestre 2021.22



Fontes/Entidades: AEG (OIRE)

Verifica-se a sustentabilidade da Taxa de transição/aprovação do AEG, ao longo dos anos letivos em análise, sendo a taxa de retenção global de diminuta expressividade. Destaca-se, no entanto, que quase todas as turmas do Agrupamento são constituídas por alunos com retenções no seu percurso formativo e que a média de qualidade na maioria das disciplinas é mediana. Somente 15,8% dos alunos que frequentam o Ensino Básico apresentam menções ou níveis superiores a “Suficiente” ou “3” à totalidade das disciplinas, registando-se um decréscimo assinalável dessa percentagem ao longo dos ciclos (dos 35

alunos em questão, 25 frequentam o 1º Ciclo, 8 o 2º Ciclo e 2 o 3º Ciclo). A Taxa de abandono escolar situa-se em 0%, valor registado em todos os anos em análise.

Tabela 18

Nº de crianças/alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (seletivas e adicionais) e PIA

	Medidas seletivas e/ou adicionais		PIA (Percurso Individualizados de Aprendizagem)	
	2020.21	2021.22*	2020.21	2021.22*
Pré-escolar	3	2	n/ aplicável	n/ aplicável
1º Ciclo	7	6	16	10
2º Ciclo	8	7	23	21
3º Ciclo	11	10	45	45
Secundário (Cursos Profissionais)			4	
TOTAL			33	

*Dados relativos ao final do 1º semestre

No AEG, em 2021/22, foram mobilizadas medidas seletivas e/ou adicionais para 9,6% das crianças/alunos de todos os níveis educativos, sendo que 97% destes se encontravam em situação de transição/aprovação, no final do 1º semestre. Também se delinearam PIA para 35,8% dos alunos que frequentam os três ciclos de ensino.

De referir que a operacionalização das medidas acima enunciadas envolve diferentes recursos específicos de apoio, nomeadamente Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva; Docentes de educação especial; Serviços de Psicologia e Orientação (apoio psicológico e terapia da fala); Equipa Local de Intervenção Precoce (apoio psicológico, apoio educativo; terapia da fala, reabilitação psicomotora); Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor (apoio psicológico e terapia da fala); Câmara Municipal de Gavião (apoio psicológico); Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; Docentes tutores; Alunos mentores, entre outros.

A percentagem de alunos beneficiários de Ação Social Escolar (55,3%) é um importante indicador do contexto socioeconómico em que as crianças e jovens do concelho se inserem. Neste âmbito, a distribuição percentual por nível educativo é bastante equilibrada.

De forma a auxiliar as famílias Gavionenses neste pilar tão importante para a sociedade e para a sua formação, o Município de Gavião apoia as suas famílias neste domínio possibilitando a igualdade de oportunidades. Assim, dispõe os seguintes apoios socioeducativos:

- A Câmara Municipal organiza o transporte escolar entre a residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino, comparticipando os passes escolares a 50 ou 100%, de acordo com determinados critérios instituídos;
- Através do orçamento municipal é atribuído um subsídio ao AEG destinado às despesas anuais associadas às visitas de estudo;
- São asseguradas as deslocações do Desporto Escolar sempre que as atividades o exijam;
- Durante o período escolar, fornece-se gratuitamente uma refeição diária (almoço) a todos os alunos da educação/ensino Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico que frequentam o AEG;
- O Município atribui os cadernos de atividades a todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do AEG;
- São atribuídas anualmente bolsas de estudo do Ensino Superior igualitárias a todos os residentes recenseados no concelho que frequentem este grau de ensino.

O Município de Gavião constituiu o Conselho Municipal da Educação, sendo este um órgão consultivo que objetiva a promoção da participação das diversas entidades que representam a comunidade educativa em questões de âmbito da política educativa no concelho de Gavião.

Considerando o desenvolvimento de atividades lúdicas, culturais, educativas, desportivas e sociais, o Município disponibiliza:

- O Programa de Ocupação Municipal Temporária de Jovens - com este programa objetiva-se a aproximação a atividades profissionais; consciencializar os jovens da importância e relevância do voluntariado; incutir a importância que estes têm para a sociedade em que estão inseridos; potenciar as capacidades individuais e o contacto efetivo com o mundo laboral.

- O Programa Férias Ativas – objetiva-se com esta iniciativa o incentivo à participação no processo de desenvolvimento do Concelho, através de experiências laborais que suscitam a noção da importância do papel ativo que os jovens têm para a sociedade.
- O Programa Férias Desportivas/Gavião em Movimento – permite que os jovens tenham experiências de lazer partilhadas em grupo dentro e fora do concelho.

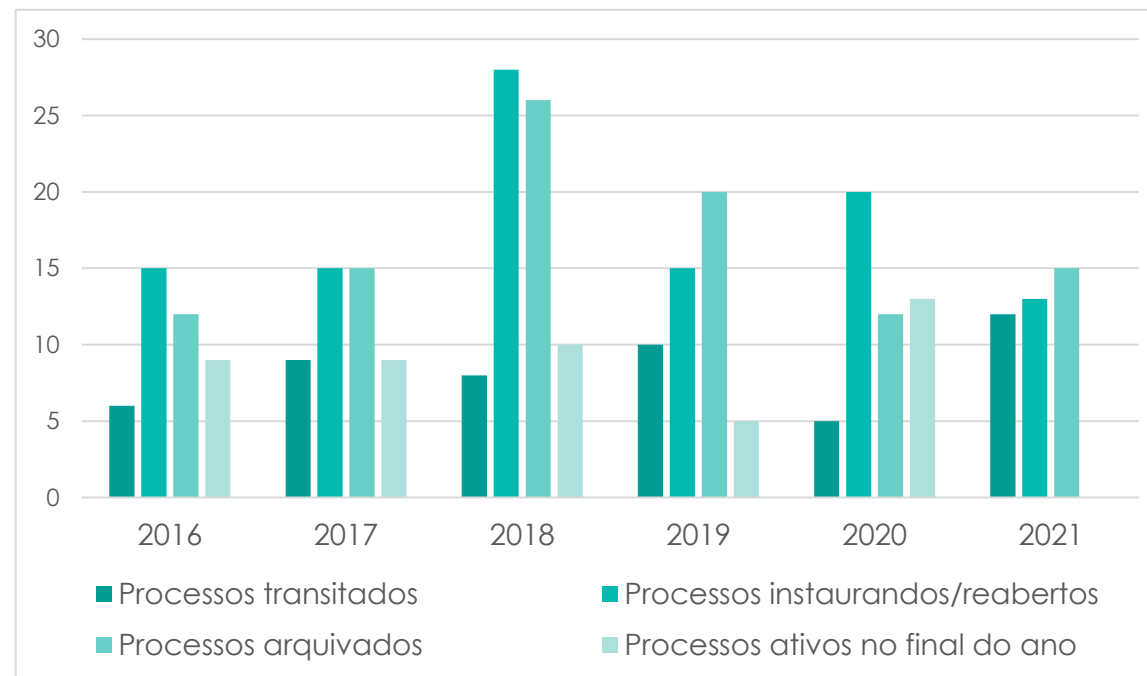
Ainda que Gavião seja um concelho do Interior, há um investimento em políticas/medidas de promoção do acesso à cultura, lazer e desporto por parte de várias entidades, nomeadamente Município, AEG, Biblioteca Municipal, CLDS-4G, Banda Juvenil do Município, APEGAV, Clube Gavionenses, Centro Cultural Recreativo e Desportivo da Ferraria, Desbravadores de Comenda, ADIC Comenda, Centro Atlético e Recreativo de Atalaia, Centro Recreativo e Desportivo Belverense, entre outros.

Ao nível da saúde ressalta-se a intervenção preventiva do Centro de Saúde, através da atuação da Equipa de Saúde Escolar que efetua rastreios sessões de sensibilização/informação e outras atividades neste âmbito. Contudo, revela-se importante a criação de um serviço especializado para adolescentes.

Proteção

Gráfico 10

Volume Processual Global: 2016 a 2021



Desde 2019 que o volume processual global se situa no mesmo número: 25

Gráfico 11

Evolução do Volume Processual Global, por ano e mês: 2016 a 2021

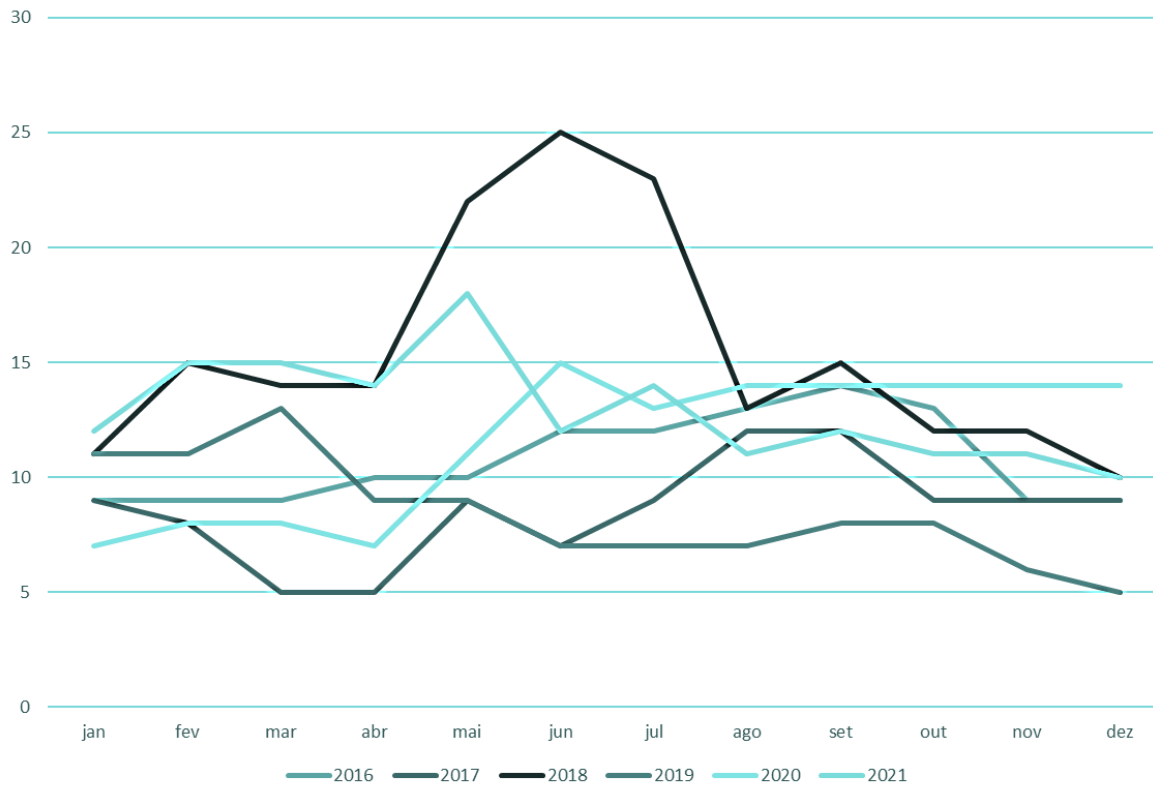
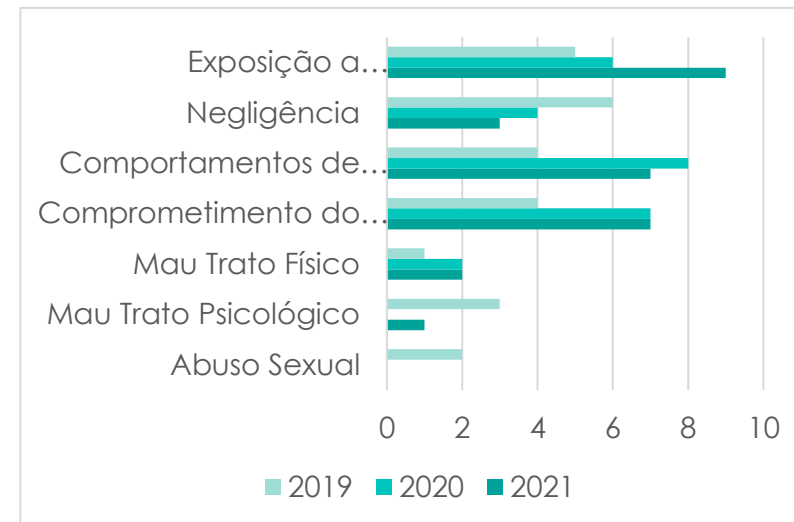


Gráfico 12

Tipologias das Situações de Perigo Comunicadas: 2019-2021



Da análise do gráfico, conclui-se que a Exposição a Comportamentos que possam comprometer o Bem-estar e Desenvolvimento da Criança (6-Violência Doméstica, 3-Consumo de álcool/outras substâncias) constitui a categoria de perigo mais representada nas comunicações rececionadas pela CPCJ. Destacam-se, ainda, o Direito à Educação (7-Absentismo escolar) e os Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude (2-Comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina; Consumo de álcool; Comportamentos autolesivos). Há crianças/Jovens com mais do que uma tipologia de perigo associada.

Gráfico 13

Entidades comunicantes das situações de perigo: 2016 a 2021

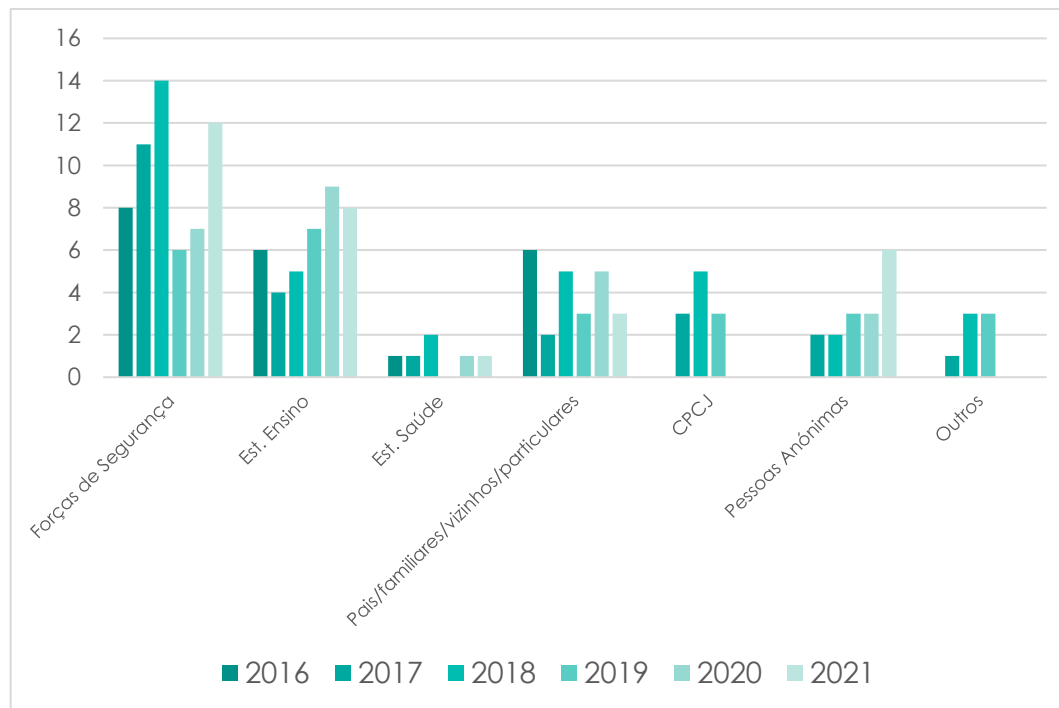
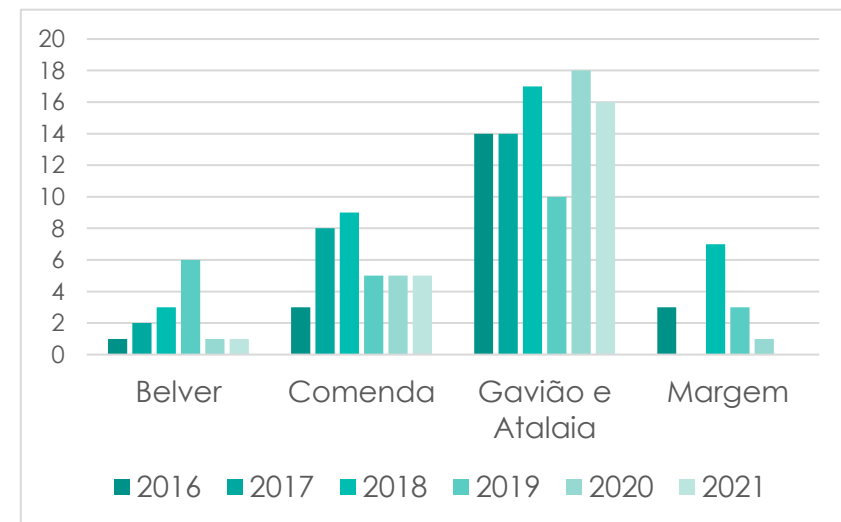


Gráfico 14

Volume Processual Global/Freguesia



Neste domínio, a comunidade Gavionense revela-se comprometida com a prevenção de maus-tratos contra crianças/jovens. No entanto, tem-se verificado um crescente aumento de comunicações anónimas, aspeto que pode revelar algum receio de represálias. Face a este aspeto têm sido criados, pela Comissão Nacional e outras entidades de apoio à criança, dispositivos de comunicação que garantem o anonimato de quem a realiza.

O AEG assume um papel preventivo determinante, tendo contemplado um Plano de Ação de Melhoria focado nas questões do *bullying/ciberbullying* e gestão de conflitos (i.e., ações como a Academia UBUNTU, Plano Escola Sem Bullying Escola Sem Violência ...).

A Comissão Alargada assume as suas competências no que se refere à dinamização de ações de prevenção de situações maus-tratos a crianças e jovens, na comunidade. Todavia, revela-se determinante reforçar o investimento na formação de docentes e não docentes do AEG (espaço por excelência de deteção de situações de maus-tratos) acerca do sistema de proteção, sobre como detetar sinais indicativos de eventuais situações de risco/perigo e como proceder face às mesmas.

Sobrevivência

Ao nível da sobrevivência, o Município oferece apoios para a fixação de famílias jovens, detalhadamente: o apoio à natalidade durante os primeiros três anos de vida às crianças recenseadas no concelho e o apoio à habitação para famílias/pessoas singulares jovens até aos 35 anos de idade que adquiram uma habitação e sejam recenseadas no concelho. De modo a apoiar de forma mais imediata determinadas necessidades das famílias concelhias, existem as Conferências Vicentinas. Estas conferências traduzem-se num movimento católico de caridade que auxilia pessoas social e economicamente mais desfavorecidas. Como uma medida de apoio e também de atratividade para residir-se no concelho, a Câmara Municipal devolve 5% do valor do IRS. Salienta-se ainda o apoio prestado pela equipa do Rendimento Social de Inserção e pelo Banco Alimentar da SCMG.

Face ao crescente número de situações de fragilidade ao nível da saúde mental, é de salientar a inexistência de serviços especializados em Pedopsiquiatria a nível concelhio e a manifesta insuficiência desta resposta a nível regional.

Participação

A CPCJ e o AEG são as entidades do concelho com maior expressividade na dinamização de iniciativas com o objetivo de divulgar os direitos das crianças/jovens. Contudo, considera-se que estas ações, que são realizadas pontualmente, passem a ocorrer com maior regularidade.

Há, no concelho, vários projetos/programas em curso que fomentam a participação ativa e cidadã das crianças e jovens desenvolvidas essencialmente pelo AEG, Município e o CLDS-4G das quais assumem especial relevância a Assembleia Municipal para Jovens (apesar de pontual), o Parlamento dos Jovens, o Orçamento Participativo, as Assembleias de Delegados e Subdelegados, o CAF Educação, o Framework de Desenvolvimento Pedagógico, entre outras.

Regista-se a necessidade de outras ECMIJ desenvolverem iniciativas deste cariz que envolvam, de forma direta, as crianças e jovens na vida das instituições/organizações e/ou vida do concelho.

Maioritariamente, as atividades em que as crianças e jovens participam são sugeridas e organizadas por adultos. É importante que sejam consideradas as opiniões e sugestões das crianças e jovens na construção de projetos e planos de intervenção na comunidade. Neste domínio, propõe-se que se intensifiquem as ações de caráter solidário/voluntariado, aspeto que não tem assumido grande visibilidade. É pertinente, não descurar a aplicação de mecanismos avaliativos da satisfação das crianças e jovens de forma a compreender as suas necessidades e pretensões.

A CPCJ, o AEG e a GNR são as principais entidades que informam as crianças e jovens sobre os mecanismos que têm à sua disposição em situações de abuso/ maus-tratos.

Princípio da Não-Discriminação

A população que reside no concelho de Gavião não é caracterizada como multicultural, dado que a maioria das pessoas partilha as mesmas crenças, características e traços culturais. Existe uma pequena franja populacional que detém traços oriundos de outras culturas, no entanto, estes indivíduos encontram-se devidamente inseridos na comunidade. A principal preocupação do Município no que concerne a esta temática, assenta sobretudo nas desigualdades sociais verificadas no concelho e, por esse motivo, as ações praticadas incidem sobretudo na colmatação das necessidades das classes sociais mais baixas, tendo em conta fatores educacionais, económicos e culturais. De modo a inserir as famílias com condições económicas de maior vulnerabilidade, a comunidade Gavionense tem participado em determinados projetos ao longo dos últimos anos, nomeadamente:

- A Comemoração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, Dia Mundial de Combate ao Bullying e Dia Municipal da Igualdade – estas datas são assinaladas no concelho através da realização de atividades de rua que sensibilizam a sociedade civil e instituições concelhias para temáticas como a pobreza, o bullying e as desigualdades económicas, raciais, regionais e de género.
- A integração do Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas do Município de Gavião – esta ação advém da manifesta necessidade de investimento na área da inclusão social, particularmente na habitação social pelo que se objetiva com a aplicação desta medida responder a necessidades de dimensão física, económica, social e ambiental.
- O programa Rede Social – através deste programa pretende-se a agregação de esforços por parte de todos os agentes locais no sentido de erradicar a pobreza e outras formas de exclusão social, de modo a promover um projeto de desenvolvimento social adequado à realidade do concelho.

- A participação nas Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência – através da participação nestas jornadas, o Município procura informar-se melhor acerca de temas como: a violência e vítimas especialmente vulneráveis, os novos contextos para a violência, os homicídios nas relações de intimidade, a comunidade e a igualdade e a cibercriminalidade.

Ainda que não se verifique um “olhar discriminatório” perante a deficiência e questões étnicas e religiosas, ainda é notório o preconceito perante diferenças de género ou de orientação sexual.

Não obstante se registar uma crescente preocupação com as condições de acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida aos edifícios e espaços públicos, registam-se ainda algumas barreiras físicas em alguns destes espaços, pelo que se deve continuar a investir nesta vertente.

Parentalidade Positiva

Conscientes de que o conflito interparental mal resolvido é o principal foco causador de situações de negligência, violência e assunção de comportamentos perturbadores do desejável desenvolvimento das crianças e jovens, as entidades do concelho (destacando o CLDS-4G e o AEG) têm desenvolvido e aplicado ações pontuais de sensibilização, convívios, metodologias de autoavaliação junto da comunidade educativa e reuniões que permitem a promoção de comportamentos parentais respeitadores dos melhores interesses e direitos da criança numa lógica sistémica e com foco na prevenção. Ainda assim, configura-se fundamental potenciar a intervenção ECMIJ e CPCJ, através da capacitação e especialização dos seus técnicos para a promoção de uma parentalidade mais protetora, qualificando efetivamente a sua intervenção junto das famílias na prevenção de situações de risco e/ou de perigo.

Contudo, assiste-se a uma forte resistência por parte da maioria dos pais/cuidadores em participar ativamente nestas atividades e ações, sendo que os que mais participam são os que evidenciam maiores competências parentais. Para colmatar este aspeto, têm-se apostado na dinamização de atividades online.

Ressalta-se que o AEG contempla uma Ação de Melhoria intitulada “Escola/Família – Uma responsabilidade partilhada” que integra diversas atividades como Assembleias de representantes de encarregados de educação e elementos da APEGAV, Academia Digital para Pais e divulgação das Dicas Adélia construídas pela CNPDPCJ.

Além do serviço que é prestado com as famílias pelos comissários da CPCJ de Gavião, a autarquia oferece apoio às famílias do concelho no que respeita a esta temática através do Serviço Municipal de Psicologia. Este serviço disponibiliza um espaço de atendimento, aconselhamento e encaminhamento dirigido à comunidade na medida da promoção da saúde mental, cidadania, competências individuais/sociais/comunitárias e, também auxilia as famílias concelhias no que respeita à prática de uma parentalidade ajustada.

No concelho, as famílias têm acesso a respostas sociais que se destinam ao acompanhamento das crianças antes ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção letiva, nomeadamente AAAF no Pré-escolar (Atividades de Animação e de Apoio à Família), CAF no 1º Ciclo (Componente de Apoio à Família) e ATL para crianças do 1º Ciclo.

Verifica-se a inexistência de estruturas especializadas ao serviço das famílias e da parentalidade como sejam Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e Gabinetes de Apoio à Família.

Análise dos Questionário aplicados

Demografia e Famílias

Tabelas 19

Caraterização sociodemográfica das crianças

Crianças (n=115)

Género	Masculino	53%	
	Feminino	47%	
Idade	6 anos	7%	
	7 anos	17,4%	
	8 anos	12,2%	
	9 anos	11,3%	
	10 anos	18,3%	
	11 anos	22,6%	
	12 anos	11,3%	
	Nível de ensino	1º ano	13,9
		2º ano	16,5
		3º ano	13,9
4º ano		9,6	
5º ano		22,6	
6º ano		23,6	

Famílias (n=142)

Tabela 20

Caraterização sociodemográfica dos jovens

Jovens (n=128)

Género	Masculino	46,9%	
	Feminino	53,1%	
Idade	13	27,3%	
	14	20,3%	
	15	19,5%	
	16	12,5%	
	17	11,7%	
	18	8,6%	
	Nível de ensino	7ºano	18,8%
		8ºano	28,1%
		9º ano	17,2%
		10º ano	14,1%
11º ano		15,6%	
12º ano		5,5%	
	Ensino Superior	0,8%	

Entidades (n=28)

Desenvolvimento

Brincadeira e lazer

Tabela 21

Respostas mais selecionadas por crianças, jovens e famílias nas questões sobre brincadeira e lazer

Questão	Opção mais selecionada
Crianças	
1. Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo.	Nem sempre (48,7%)
2. Quando regresso da escola, e no fim de semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre.	Completamente verdade (80%)
3. No fim de semana, a(s) pessoas que é/são responsável/eis por mim brincam ou fazem jogos comigo.	Nem sempre (46,1%)
4. No fim de semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios.	Nem sempre (63,5%)
Jovens	
1. Eu frequento um clube desportivo.	Não é verdade ou não acontece (55,5%) Nem sempre (51,6%)
2. Eu tenho tempo suficiente para descansar e aproveitar o meu tempo livre.	Completamente verdade (53,1%)
3. Onde eu moro, as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras crianças (por ex: os parques infantis, clubes de desporto, etc.).	Completamente verdade (36,7%)
4. Eu participo em programas ou atividades fora da escola. ²	Completamente verdade (78,1%)
5. Eu costumo passar tempo com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim, durante os fins de semana.	Completamente verdade (78,1%)

² Na **questão 4**, um número significativo de jovens indicou que “nem sempre” participa em programas ou atividades fora da escola (35,2%).

6. Eu gosto de passar tempo com a(s) pessoa (s) que é/são responsável/eis por mim: ir ao cinema, ao teatro, ou fazer outras coisas.

Completamente verdade
(73,4%)

7. A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim costuma(m) ir ver-me praticar desporto ou acompanhar-me noutras atividades que eu faço.

Completamente verdade
(49,2%)

Famílias

1. Na minha comunidade/cidade existem sítios para as crianças brincarem (como parques infantis), fazerem jogos ou praticarem desporto.

Completamente verdade
(61,3%)

2. Eu costumo levar as minhas crianças ao parque infantil com frequência ou acompanhá-los em outras atividades (se já são mais velhos).

Completamente verdade
(62,7%)

3. Quando vou ao parque infantil ou a outras atividades, tenho oportunidade de falar com os outros pais e mães/ responsáveis.

Completamente verdade
(52,1%)

4. Quando levo as minhas crianças ao parque infantil, gosto de brincar com eles/as.

Completamente verdade
(75,4%)

5. Eu levo as minhas crianças ao parque infantil, mas não sei ou não me sinto à vontade para brincar com elas.

Não é verdade ou Não acontece (73,9%)

6. Eu sinto que depois da escola, ainda sobra tempo para as minhas crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu tempo livre.³

Completamente verdade
(52,1%)

7. Depois da escola e do meu trabalho, ainda tenho tempo para brincar ou passar tempo com as minhas crianças.⁴

Nem sempre (50,7%)

8. No fim de semana, organizamos sempre atividades que possamos fazer enquanto família.⁵

Completamente verdade
(51,4%)

9. Eu deixo as minhas crianças brincarem com areia, paus, lama e outros elementos e não vejo como um problema se eles/as se sujarem; basta que se divirtam.

Completamente verdade
(88,7%)

³ Na **questão 6**, uma parte considerável de familiares indicou que "nem sempre" sente que depois da escola, ainda sobra tempo para as suas crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu tempo livre (41,5%).

⁴ Na **questão 7**, um número considerável de familiares indicou que depois da escola e do trabalho ainda sobra tempo para brincar ou passar tempo com as suas crianças (44,4%).

⁵ Na **questão 8**, uma proporção relevante de familiares indicou que "nem sempre" organiza atividades para fazer enquanto família (45,1%).

Educação

Tabela 22

Respostas mais selecionadas por crianças, jovens e famílias nas questões sobre educação

Questão	Opção mais selecionada
	Crianças
18. Eu gosto da escola.	Completamente verdade (78,3%)
19. Eu gosto de aprender coisas novas	Completamente verdade (87%)
20. O meu encarregado de educação participa muito nas atividades da escola. ⁶	Completamente verdade (48,7%)
21. Quando preciso de ajuda, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim ajudam-me nos trabalhos de casa.	Completamente verdade (74,8%)
22. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola.	Completamente verdade (58,3%)
23. Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas.	Nem sempre (62,6%)
24. Os meus professores e as minhas professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.	Completamente verdade (80,9%)
25. Na minha escola, temos atividades para aprendermos sobre como sermos saudáveis.	Completamente verdade (84,3%)
26. Na minha escola, eu aprendo como se deve proteger o meio ambiente.	Completamente verdade (93,9%)
27. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.	Completamente verdade (86,1%)
28. As professoras e os professores tratam todas as crianças da mesma maneira.	Completamente verdade (73,9%)

⁶ Na **questão 20**, um número significativo de crianças indicou que o seu encarregado de educação "nem sempre" participa nas atividades da escola (40%).

29. Na minha terra/freguesia/bairro, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.

Não é verdade ou Não acontece (46,1%)

30. Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as.

Completamente verdade (69,6%)

31. Os/as professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.

Nem sempre (68,7%)

Jovens

31. Eu sempre gostei da escola.

Nem sempre (60,2%)

32. A pessoa que é minha encarregada de educação sempre me apoiou na escola.

Completamente verdade (87,5%)

33. A pessoa que é minha encarregada de educação vai sempre às reuniões na escola.

Completamente verdade (64,8%)

34. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso.

Completamente verdade (91,4%)

35. Os meus professores e professoras dão-me atenção suficiente quando eu preciso.⁷

Nem sempre (50,8%)

36. Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.

Completamente verdade (62,5%)

37. Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde.⁸

Nem sempre (39,1%)

38. O meu tempo de escola e estudo é adequado.⁹

Nem sempre (47,7%)

39. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal.

Completamente verdade (75,8%)

40. Os professores e professoras tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira.

Nem sempre (50%)

41. Na minha escola, as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas.

Completamente verdade (69,5%)

⁷ Na **questão 35**, um número significativo de jovens indicou que os seus professores lhes dão atenção suficiente quando precisam (43%).

⁸ Na **questão 37**, verificou-se que 31,3% dos jovens têm aulas sobre promoção de saúde na escola, 17,2% não sabem se as têm e 12,5% indicaram que não as têm.

⁹ Na **questão 38**, uma parte considerável de jovens indicou que o seu tempo de escola e estudo é adequado (43%).

42. Na minha comunidade, há uma biblioteca que eu costumo utilizar.	Completamente verdade (42,2%)
43. Os/As professores/as nunca batem nos/as alunos/as. ¹⁰	Completamente verdade (60,9%)
44. Os/As professores/as nunca gritam com os/as alunos/as.	Nem sempre (52,3%)
45. Nas férias ou durante o tempo de escola, eu costumo trabalhar.	Nem sempre (36,7%)
46. O trabalho que eu faço não interfere com os meus estudos. ¹¹	Completamente verdade (45,3%)
47. O trabalho que eu faço não põe em risco a minha saúde ou segurança. ¹²	Completamente verdade (46,9%)

Famílias

41. Eu coloquei as minhas crianças na creche com poucos meses de idade, pois tinha que trabalhar.	Completamente verdade (47,9%)
42. Eu sinto que as atividades e dinâmicas da escola vão de encontro às minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável.	Completamente verdade (57,7%)
43. Eu sempre apoiei as minhas crianças nos estudos, dentro do que sei e consigo fazer com eles/as.	Completamente verdade (88%)
44. Eu vou sempre às reuniões na escola para as quais sou convocado/a.	Completamente verdade (86,6%)
45. Eu participo nas atividades que a escola abre à participação das famílias. ¹³	Completamente verdade (52,8%)
46. Eu sinto que na escola os/as professores/as apoiam os/as alunos/as individualmente. ¹⁴	Completamente verdade (56,3%)

¹⁰ Na **questão 43**, um número significativo de jovens mencionou que os professores batem nos alunos (21,1%).

¹¹ Na **questão 46**, um número considerável de jovens referiu que o trabalho que fazem interfere com os seus estudos (31,3%).

¹² Na **questão 47**, um número considerável de jovens mencionou que o trabalho que fazem põe em risco a sua saúde ou segurança (31,3%).

¹³ Na **questão 45**, uma parte considerável de familiares indicou que nem sempre participa nas atividades que a escola abre à participação das famílias (41,5%).

¹⁴ Na **questão 46**, um número relevante de familiares indicou que “nem sempre” sente que na escola os professores apoiam os alunos individualmente (39,4%).

47. Eu costumo perguntar às minhas crianças o que fizeram na escola.	Completamente verdade (92,3%)
48. Eu costumo perceber quando alguma coisa não corre bem na escola.	Completamente verdade (81,7%)
49. Eu sinto-me apoiado/a enquanto pai/mãe/responsável pelos professores e professoras das minhas crianças.	Completamente verdade (69,7%)
50. Eu consigo pagar todo o material escolar que as minhas crianças precisam.	Completamente verdade (81%) Nem sempre (50%)
51. As minhas crianças utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades.	
52. A escola das minhas crianças promove atividades para a proteção do meio ambiente.	Completamente verdade (73,9%)
53. A escola das minhas crianças promove atividades sobre a promoção da saúde.	Completamente verdade (74,6%)
54. A escola das minhas crianças promove educação sexual.	Completamente verdade (44,4%)
55. Eu sinto que os professores e professoras e auxiliares respeitam todas as crianças, sem discriminação.	Completamente verdade (53,5%)

Vida pessoal e profissional

Tabela 23

Respostas mais selecionadas por crianças, jovens e famílias nas questões sobre vida pessoal e profissional

Questão	Opção mais selecionada
	Crianças
32. A minha casa está sempre limpa.	Completamente verdade (64,3%)

33. Na minha casa há água quente para eu tomar banho. ¹⁵	Completamente verdade (98,3%)
34. Eu gosto muito da minha casa.	Completamente verdade (94,8%)
35. Em minha casa há livros e brinquedos.	Completamente verdade (97,4%)
36. Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola. ¹⁶	Completamente verdade (53%)
Jovens	
48. A minha casa está sempre limpa.	Completamente verdade (85,2%)
49. Na minha casa há água quente para eu tomar banho. ¹⁷	Completamente verdade (96,9%)
50. Eu sinto-me seguro(a) em casa. ¹⁸	Completamente verdade (93%)
51. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim nunca me batem.	Completamente verdade (71,9%)
52. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim nunca gritam comigo.	Nem sempre (56,3%)
53. Já tive uma situação onde outras/os jovens me bateram fora da escola.	Não é verdade ou não acontece (71,1%)

¹⁵ Na **questão 33**, 0,9% indicou que “nem sempre” tem água quente para tomar banho e 0,9% indicou que “não é verdade ou não acontece”

¹⁶ Na **questão 36**, 24,3% das crianças indicou que outras crianças lhes batem fora da escola e 19,1% que nem sempre isso acontece.

¹⁷ Na **questão 49**, um número significativo de jovens mencionou que “nem sempre” tem água quente para tomar banho (1,6%) e que não tem água quente para tomar banho (0,8%).

¹⁸ Na **questão 50**, um número considerável de jovens mencionou que “nem sempre” se sentem seguros em casa (4,7%) e que não se sentem seguros (0,8%).

54. Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola. ¹⁹

Não é verdade ou não acontece (46,9%)

55. Eu já tive contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo.

Não (60,9%)

56. Eu gostei do acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo. ²⁰

Não sei (36,7%)

57. O acompanhamento por parte de profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo ajudou-me realmente a melhorar a minha vida. ²¹

Não sei (32,8%)

58. Durante o acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, eu fui sempre informado/a sobre o que estava a acontecer e pude dar sempre a minha opinião. ²²

Não sei (38,3%)

Famílias

56. O meu horário de trabalho adapta-se aos meus compromissos familiares enquanto mãe/pai/responsável.

Nem sempre (51,4%)

57. Depois do trabalho sinto-me cansado/a para usufruir da vida familiar, com as minhas crianças.

Nem sempre (55,6%)

Proteção

¹⁹ Na **questão 54**, uma parte considerável de jovens indicou que nunca lhe ofereceram drogas na escola ou fora da escola (43,8%).

²⁰ Na **questão 56**, uma parte considerável de jovens indicou que gostou do acompanhamento dos profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo (35,9%).

²¹ Na **questão 57**, um número significativo de jovens indicou que o acompanhamento por parte dos profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens os ajudou a melhorar a sua vida (29,7%).

²² Na **questão 58**, um número significativo de jovens referiu que durante o acompanhamento por parte dos profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, sempre foram informados sobre o que estava a acontecer e puderam dar sempre a sua opinião (30,5%).

Segurança e proteção

Tabela 24

Respostas mais selecionadas por crianças, jovens e famílias nas questões sobre segurança e proteção

Questão	Opção mais selecionada
Crianças	
10. Eu uso o autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola.	Completamente verdade (45,2%)
11. Eu costumo ir para a escola a pé ou de bicicleta.	Não é verdade ou não acontece (62,6%)
12. Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta.	Completamente verdade (48,7%)
13. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças me possam fazer mal.	Completamente verdade (50,4%)
14. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim.	Completamente verdade (75,7%)
Jovens	
18. Eu sinto-me seguro/a quando uso o autocarro ou outros transportes públicos. ²³	Nem sempre (43%)
19. É seguro eu caminhar ou andar de bicicleta na rua.	Completamente verdade (73,4%)
20. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças/jovens me possam fazer mal.	Completamente verdade (52,3%)
21. Na minha escola há muitas lutas entre crianças/jovens.	Nem sempre (48,4%)
22. Quando eu me sinto em perigo, eu sei a quem me dirigir para pedir ajuda.	Completamente verdade (77,3%)
23. A minha mãe ou o meu pai já falaram comigo sobre como utilizar a internet.	Completamente verdade (70,3%)

²³ Na **questão 18**, uma parte considerável dos jovens mencionou que se sentem seguros quando usam o autocarro ou outros transportes públicos (42,2%).

24. Eu sei que há riscos em utilizar a internet.

Completamente verdade
(96,9%)

Famílias

18. Eu sinto que as minhas crianças podem usar em segurança o autocarro ou outros transportes públicos para irem para a escola.

Completamente verdade
(55,6%)

19. As minhas crianças costumam ir para a escola a pé ou de bicicleta sozinhos ou com os colegas.

Não é verdade ou não acontece (62,7%)

20. Eu costumo levar as minhas crianças à escola a pé ou de mota/carro.

Completamente verdade
(50%)

21. Nunca houve uma situação em que outras crianças batessem nas minhas crianças, dentro ou fora da escola.

Não é verdade ou não acontece (34,5%)

22. Eu sinto que as minhas crianças vêm ter comigo quando têm um problema, ou têm medo de alguma coisa.

Completamente verdade
(75,4%)

23. Quando eu era criança, era normal os pais/mães baterem nos/as filhos/as.²⁴

Completamente verdade
(48,6%)

24. Em momentos difíceis, já gritei com as minhas crianças, mas pedi-lhes desculpa e tentei encontrar outras soluções para exercer a minha autoridade.

Completamente verdade
(69%)

25. Eu costumo acompanhar o que as minhas crianças veem na internet.

Completamente verdade
(70,4%)

26. Eu limito o acesso ou converso com as minhas crianças sobre os riscos que podem encontrar na internet.

Completamente verdade
(87,3%)

A convenção sobre os direitos da criança: formação e informação

Tabela 25

Respostas mais selecionadas pelas entidades nas questões sobre a convenção sobre os direitos da criança: formação e informação

²⁴ Na **questão 23**, uma parte considerável de familiares mencionou que “nem sempre” quando era criança, era normal os pais/mães baterem nos filhos. (37,3%).

Questão	Entidades	Opção mais selecionada
1. Os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança são implementados na instituição.		Concordo inteiramente/Concordo (100%)
2. As/os profissionais têm formação sobre os direitos da criança.		Concordo inteiramente/Concordo (82,2%)
3. A instituição reconhece a criança como sujeito de direitos.		Concordo inteiramente/Concordo (100%)
4. A instituição dissemina informação sobre direitos das crianças. ²⁵		Concordo inteiramente/Concordo (78,6%)

Política de proteção

Tabela 26

Respostas mais selecionadas pelas entidades nas questões sobre política de proteção

Questão	Entidades	Opção mais selecionada
22. A instituição promove regularmente ações que contribuem para o desenvolvimento de competências nas próprias crianças que podem funcionar como fatores protetores à violência.		Concordo inteiramente/Concordo (85,7%)
23. A instituição garante um ambiente seguro para as crianças e/ou jovens.		Concordo inteiramente/Concordo (96,4%)
24. A instituição tem uma Política de Proteção das Crianças e Jovens.		Concordo inteiramente/Concordo (100%)
25. Todo o pessoal tem conhecimento da Política de Proteção das Crianças e Jovens.		Concordo inteiramente/Concordo (96,5%)

²⁵ Na **questão 4**, 10,7% das pessoas pertencentes às entidades indicaram que discordam que a instituição dissemina informação sobre direitos das crianças.

26. A instituição garante o direito à vida privada das crianças e à proteção de dados pessoais das crianças beneficiárias e suas famílias.
27. A instituição garante um procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível a todas crianças/jovens.
28. A instituição tem um Código de Conduta para profissionais, pessoas voluntárias e membros de Órgãos Sociais.

Concordo inteiramente/
Concordo (96,4%)
Concordo inteiramente/
Concordo (75%)
Concordo inteiramente/
Concordo (82,2%)

Sobrevivência

Saúde

Tabela 27

Respostas mais selecionadas por crianças, jovens e famílias nas questões sobre saúde

Questão	Opção mais selecionada
Crianças	
15. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável.	Completamente verdade (67,8%)
16. Quando comemos à mesa, em família, falamos muito.	Completamente verdade (57,4%)
17. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, ao leva(m)-me médico/a.	Completamente verdade (78,3%)
Jovens	
25. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sempre falaram comigo sobre o que tenho de fazer para ser saudável.	Completamente verdade (81,3%)
26. Em minha casa temos uma alimentação saudável. ²⁶	Completamente verdade (52,3%)

²⁶ Na **questão 26**, um número significativo de jovens indicou que “nem sempre” têm uma alimentação saudável em casa (44,5%).

27. Eu consigo controlar o que como, por exemplo, a quantidade de doces ou outros alimentos que não são saudáveis.
28. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim levam-me ao médico/a.
29. No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes.²⁷
30. Eu já fui ao médico/a sozinho/a.

Completamente verdade
(59,4%)

Completamente verdade
(83,6%)

Não sei (38,3%)

Não é verdade ou não
acontece (64,8%)

Famílias

27. Quando eu (ou a minha mulher esteve) estive grávida, participei no curso de preparação para o parto, promovido pelo Centro de Saúde.
28. O curso de preparação para o parto foi útil.
29. Depois de ser mãe (ou a minha mulher), fui chamada para participar no curso pós-parto, promovido pelo Centro de Saúde.
30. Eu levei as minhas crianças a todas as consultas de saúde infantil previstas.
31. As minhas crianças têm todas as vacinas contempladas pelo Plano Nacional de Vacinação.
32. Eu sempre me preocupei com a alimentação das minhas crianças.
33. Eu tento preparar as refeições das minhas crianças de modo saudável e nutritivo.²⁸
34. As minhas crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excecionais, como por exemplo festas de aniversário.

Não é verdade ou não
acontece (47,9%)

Completamente verdade
(38,7%)

Não é verdade ou não
acontece (84,5%)

Completamente verdade
(98,6%)

Completamente verdade
(99,3%)

Completamente verdade
(95,1%)

Completamente verdade (77,5%)

Nem sempre (64,8%)

²⁷ Na **questão 29**, um número considerável de jovens mencionou que não existe um atendimento especializado para adolescentes no seu centro de saúde (26,8%).

²⁸ Na **questão 33**, um número considerável de familiares indicou que "nem sempre" tenta preparar as refeições das suas crianças de modo saudável e nutritivo (21,2%).

35. Nós fazemos pelo menos uma refeição por dia em família, sentados à mesa.

Completamente verdade
(88%)

36. Quando comemos à mesa, eu sinto que falamos todos/as.

Completamente verdade
(87,3%)

37. Quando levo as minhas crianças ao/à médico/a, as/os profissionais de saúde costumam falar comigo, mas também diretamente com os meus filhos ou com as minhas filhas.

Completamente verdade
(85,2%)

38. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a doença das minhas crianças, costuma explicar-lhes o que devem fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.

Completamente verdade
(76,1%)

39. Eu percebo sempre tudo o que o médico/a me explica.

Completamente verdade
(75,4%)

40. O/a médico/a costuma deixar-me à vontade para fazer perguntas ou falar de preocupações que tenho sobre das minhas crianças.

Completamente verdade
(83,8%)

Participação

Participação e cidadania

Tabela 28

Respostas mais selecionadas por crianças, jovens e famílias nas questões sobre participação e cidadania

Questão	Crianças	Opção mais selecionada
5. O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola. ²⁹		Nem sempre (46,1%)

²⁹ Na **questão 5**, uma parte considerável de crianças mencionou que os seus professores costumam perguntar se gostam das aulas e da escola (40%).

6. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.³⁰

Completamente verdade
(40,9%)

7. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.

Completamente verdade
(63,5%)

8. Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas.

Completamente verdade
(69,6%)

9. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão.

Completamente verdade
(72,2%)

Jovens

8. Eu já participei em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas.

Completamente verdade
(47,7%)

9. Os professores e professoras costumam perguntar-nos, por exemplo, no final de cada semana, o que correu bem dentro das aulas e o que gostaríamos de fazer de maneira diferente.

Nem sempre (52,3%)

10. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.

Nem sempre (53,1%)

11. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.

Completamente verdade
(53,9%)

12. Eu sinto que posso falar com a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sobre quase tudo.

Completamente verdade
(63,3%)

13. Eu sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouvem e têm em consideração as minhas opiniões.

Completamente verdade
(68%)

14. Eu participo em projetos na minha comunidade.

Nem sempre (43,8%)

15. Eu já dei a minha opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal.

Não é verdade ou não acontece (61,7%)

16. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou internet.

Completamente verdade
(85,2%)

³⁰ Na **questão 6**, um número significativo de crianças indicou que “nem sempre” as pessoas responsáveis por estas perguntam o que querem fazer no fim de semana (40%).

17. Eu tenho acesso à internet e sinto-me ligado(a) ao que acontece fora da minha vizinhança.

Completamente verdade
(83,6%)

Famílias

10. Desde que as minhas crianças são pequenas, sempre falei muito com elas.

Completamente verdade
(97,9%)

11. A partir do momento em que as minhas crianças conseguiam realizar pequenas tarefas, envolvia-as na cozinha, jardinagem ou outras tarefas, que fazíamos juntos/as.

Completamente verdade
(77,5%)

12. Eu costumo perguntar às minhas crianças onde gostariam de ir passear ou ir de férias.

Completamente verdade
(78,9%)

13. Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças sobre vários assuntos e tenho em consideração o que pensam e sentem.

Completamente verdade
(93%)

14. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças na televisão, no rádio, na internet ou outra fonte.

Completamente verdade
(88,7%)

15. No município existe um Conselho Municipal de Jovens.

Não sei (62%)

16. As minhas crianças participam no Conselho Municipal de Jovens.

Não é verdade ou não acontece (69%)

17. As minhas crianças participam em outras atividades associativas. ³¹

Completamente verdade
(35,2%)

Princípio da Não-Discriminação

Participação das crianças

Tabela 29

Respostas mais seleccionadas pelas entidades nas questões sobre participação das crianças

³¹ Na **questão 17**, um número considerável de familiares indicou que as suas crianças não participam em outras atividades associativas (34,5%).

Questão	Entidades	Opção mais selecionada
5. As crianças têm, na instituição, oportunidade de falar sobre a sua vida passada e sobre as suas expectativas de futuro.		Concordo inteiramente/ Concordo (96,4%)
6. Existem materiais informativos sobre a instituição, suas regras e atividades desenvolvidas, acessíveis e adequadas às crianças.		Concordo inteiramente/ Concordo (78,6%)
7. As regras da instituição são elaboradas com a participação das crianças.		Concordo inteiramente/ Concordo (64,3%)
8. As crianças têm oportunidade para dar a sua opinião sobre as atividades e estas podem ser organizadas e implementadas pelas crianças.		Concordo inteiramente/ Concordo (82,2%)
9. A instituição participa regularmente em iniciativas / projetos da responsabilidade de outras entidades que promovem a participação da criança na vida da comunidade.		Concordo inteiramente/ Concordo (92,9%)
10. As crianças participam nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito.		Concordo inteiramente/ Concordo (82,2%)
11. As crianças são informadas sobre a sua situação e sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão nas questões que lhe dizem respeito.		Concordo inteiramente/ Concordo (71,4%)
12. As entrevistas/comunicações / conversas com as crianças são feitas em ambiente adequado (por ex. no respeito da sua privacidade, proteção, idade ou outras necessidades).		Concordo inteiramente/ Concordo (100%)
13. A instituição tem mecanismos de avaliação da satisfação dos serviços dirigidos às crianças.		Concordo inteiramente/ Concordo (64,3%)

Parentalidade Positiva

Tabela 30

Respostas mais selecionadas pelas entidades nas questões sobre princípio da não discriminação

Questão	Entidades	Opção mais selecionada
14. A instituição aciona medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social.		Concordo inteiramente/ Concordo (92,9%)
15. A instituição aciona medidas preventivas de práticas discriminatórias e de promoção da diversidade e interculturalidade.		Concordo inteiramente/ Concordo (92,8%)
16. A instituição apresenta condições que garantem o acesso a crianças com deficiência.		Concordo inteiramente/ Concordo (96,4%)

Trabalho com as famílias

Tabela 31

Respostas mais selecionadas pelas entidades nas questões sobre trabalho com as famílias

Questão	Entidades	Opção mais selecionada
17. A instituição conhece o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalha diretamente.		Concordo inteiramente/ Concordo (89,3%)
18. A instituição promove regularmente ações que fomentam o envolvimento de pais/mães, famílias em geral, na vida da organização.		Concordo inteiramente/ Concordo (78,6%)
19. A instituição promove regularmente ações que fomentam uma abertura à comunidade envolvente.		Concordo inteiramente/ Concordo (82,2%)
20. A instituição promove regularmente ações que contribuem para uma reflexão sobre as práticas parentais.		Concordo inteiramente/ Concordo (75%)
21. A instituição promove regularmente ações dirigidas a pais e/ou mães que contribuem para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva.		Concordo inteiramente/ Concordo (75%)

Desafios, potencialidades e fragilidades

Desenvolvimento

Pontos fortes

- As crianças têm tempo de lazer;
- O tempo de lazer que os adultos/famílias disponibilizam aos jovens é satisfatório;
- Existem de espaços de lazer na comunidade;
- As crianças gostam da escola e sentem-se apoiados pelos pais/familiares, professores, técnicos e funcionários;
- Existe oferta de programas/projetos na área da saúde e meio ambiente, por parte do AEG;
- Verifica-se a inclusão de crianças/jovens com deficiência;
- Os pais/encarregados de educação estão satisfeitos com o projeto educativo do AEG e consideram-se envolvidos no percurso escolar dos filhos/educandos;
- As crianças e os jovens referem te condições sanitárias e de higiene;

Oportunidades de melhoria

- O tempo de lazer que os adultos/famílias disponibilizam às crianças é insuficiente;
- Um número expressivo de jovens não participa em atividades fora da escola;
- As crianças referem ter dificuldades na compreensão das explicações dadas pelos professores;
- Verifica-se a não participação dos encarregados de educação nas atividades escolares;
Os jovens manifestam desinteresse face à escola e insatisfação relativamente à atenção dada pelos professores;
- Os professores não tratam todos os jovens da mesma forma;
- Nem todos os encarregados de educação consideram que os seus educandos têm apoio individualizado.
- Existem situações de bullying/violência envolvendo crianças e/ou jovens;
- Aliciamento dos jovens para o consumo de drogas;
- As exigências laborais condicionam a vida familiar;

Proteção

Pontos fortes

- As crianças e os jovens recorrem a figuras de referência quando necessitam de ajuda;
- Os jovens sentem-se informados face aos riscos inerentes à utilização da internet;
- As famílias preocupam-se com a utilização que as suas crianças/jovens fazem da internet;
- Os princípios orientadores da Convenção dos Direitos das Crianças e Jovens são implementados pelas ECMIJ e os seus profissionais têm formação neste âmbito;
- As ECMIJ implementam políticas de proteção das crianças e dos jovens.

Oportunidades de melhoria

- Há um sentimento de insegurança por parte das crianças, dos jovens e dos pais no que se refere à exposição a situações de violência em contexto escolar ou fora dele.

Sobrevivência

Pontos fortes

- As crianças e jovens sentem que os seus cuidadores se preocupam com a sua saúde;
- As famílias promovem a saúde das suas crianças e jovens (vacinação, alimentação, consultas de saúde infantil ...)
- As famílias estão satisfeitas com o atendimento médico que é prestado às suas crianças/jovens.

Oportunidades de melhoria

- Os jovens reconhecem que nem sempre têm uma alimentação saudável em casa;
- Os jovens não sabem se existe um espaço de atendimento especializado para adolescentes no Centro de Saúde;
- As famílias não participaram nos cursos de preparação e acompanhamento pós-parto.

Participação

Pontos fortes

- As crianças/ jovens conhecem os seus direitos, através da escola, televisão e internet;
- As famílias dialogam com as crianças/jovens, valorizam as suas opiniões e envolvem-nas nas atividades quotidianas e de lazer;
- As ECMIJ consideram que ouvem as crianças/jovens, as envolvem nos processos de tomada de decisão e as integram nas atividades que desenvolvem;
- Há parceria/colaboração entre as várias entidades.

Oportunidades de melhoria

- As crianças/jovens salientam que os professores nem sempre se preocupam com a sua satisfação com as aulas e com a escola;
- Insuficiente audição e participação dos jovens em projetos da comunidade;
- As famílias desconhecem a existência do Conselho Municipal da Juventude.

Parentalidade Positiva

Pontos fortes

- As ECMIJ consideram aplicar medidas de combate à exclusão social e a práticas discriminatórias.

Oportunidades de melhoria

Princípio da não-discriminação

Pontos fortes

- As ECMIJ conhecem o contexto familiar e social em que se integram as crianças/jovens;
- As ECMIJ consideram que promovem regularmente ações que fomentam o exercício de uma parentalidade positiva;
- As ECMIJ promovem regularmente ações que fomentam uma abertura à comunidade e o envolvimento das famílias na vida da organização.

Oportunidades de melhoria

Considerações finais

O Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Gavião orientou-se para a garantia de aplicação de iniciativas e estratégias para uma parentalidade mais positiva, pela necessidade de reforçar junto da comunidade Gavionense, a importância que cada membro tem na proteção dos direitos das crianças e dos jovens, não só para que em anos subsequentes se mantenha as condutas ajustadas e promotoras da parentalidade responsável, mas também para erradicar as condutas desajustadas ou inapropriadas.

O presente documento não é definitivo, pelo que a CPCJ de Gavião, nos subsequentes 4 anos, irá avaliar colaborativamente com as entidades as necessidades das crianças e jovens da comunidade, bem como a efetividade das ações propostas e atualizar ou corrigir o Plano sempre que for necessário.

O diagnóstico local possibilitou a identificação das problemáticas emergentes e a análise da efetividade do trabalho preventivo que tem vindo a ser desenvolvido pela CPCJ e pelas entidades parceiras. Verificou-se que existe a necessidade de uma maior vigilância e da aplicação de intervenções preventivas face aos direitos intrínsecos à satisfação das necessidades de desenvolvimento pessoal (i.e., necessidades pessoais, culturais e sociais), face à satisfação das necessidades biológicas indispensáveis (i.e., alimentação, alojamento e cuidados de saúde) e face à satisfação de necessidades associadas com a participação e cidadania.

É de reconhecer que todo o trabalho realizado apenas foi possível graças à imprescindível colaboração e contributo de todos os participantes deste estudo, crianças, jovens, famílias e profissionais e técnicos das entidades envolvidas.

Plano Estratégico Local

O Plano Estratégico Local objetiva a promoção de uma intervenção sistemática e integrada com a colaboração de todos os organismos envolvidos no diagnóstico local, tendo por finalidade o reconhecimento dos aspetos que podem ser melhorados no concelho para uma parentalidade mais positiva. Com o presente Plano pretende-se implementar novas medidas ou reformular medidas já aplicadas de modo a intervir nos problemas identificados no diagnóstico, no que concerne à proteção e promoção dos direitos das crianças. Este foi definido com a colaboração das diferentes entidades envolvidas, através da participação dos seus integrantes em sessões com a dinâmica *World Coffee* acerca das temáticas identificadas como as mais carentes. As sessões foram realizadas nos dias 25 e 30 de maio e 13 de junho de 2022.





Jornadas da Família

A família constitui a unidade basilar da sociedade e, como tal, merece especial atenção. Na semana do Dia Internacional da Família (15 de maio) pretende-se desenvolver um conjunto de atividades para crianças/jovens e suas famílias, que contribuam para o reforço dos vínculos de confiança e permitam a partilha de experiências conjuntas com impacto positivo no contexto familiar: Concurso “Talento em Família”; Workshops/palestras temáticas (saúde, educação, parentalidade positiva...); Jogos, espetáculos, seminários, campanhas, entre outras.

Objetivos

- Promover os pontos fortes inerentes às famílias, através de um saudável clima relacional/emocional entre os seus membros.
- Sensibilizar as famílias sobre a importância do núcleo familiar na educação das crianças e dos jovens.
- Promover a consciencialização sobre as questões relacionadas com as famílias.
- Promover conhecimentos acerca de questões sociais, económicas e demográficas.

Indicadores

- Nº de famílias participantes com crianças e jovens

Metas

- Mínimo de 20% de famílias participantes com crianças e jovens, com um aumento de 5%/ano



Sessões de sensibilização/formação

A parentalidade tem um papel decisivo na vida das crianças/jovens e a complexidade do seu exercício é inegável. Os desafios que as famílias enfrentam atualmente, requerem um maior destaque e múltiplas competências para com eles lidar, de forma mais positiva. O apoio à parentalidade é essencial para as crianças/jovens, para os pais/cuidadores e para a sociedade como um todo, pelo que deve assentar num processo partilhado de troca de experiências e de reflexão conjunta entre todos estes agentes. Só assim será possível construir um projeto comum que salvaguarde o interesse superior das nossas crianças e jovens.

Objetivos

- Garantir o respeito e a implementação dos direitos das crianças/jovens.
- Sensibilizar para a prevenção/deteção de atitudes comprometedoras dos direitos das crianças/jovens e para formas de atuação a ter em conta nestas situações.
- Consciencializar a comunidade em geral e os pais/cuidadores, em particular, do valor e da importância da parentalidade positiva.
- Promover o desenvolvimento de competências parentais conscientes e responsáveis.

Indicadores

- Nº de participantes em cada ação
- Grau de satisfação com a ação/formação

Metas

- Mínimo de 50% de participantes em cada ação com um aumento de 5%/ano
- Pelo menos 90% dos participantes satisfeitos



Caixa SOS Criança/Jovem

A plena salvaguarda dos Direitos da Criança/Jovem está ainda longe de ser uma realidade. Com efeito, é inegável o número expressivo de crianças e jovens que veem violados os seus direitos (violência doméstica, negligência, violência e/ou exploração sexuais, violência no namoro, bullying, *ciberbullying*...) e silenciam o seu sofrimento.

A Caixa SOS Criança/Jovem ficará disponível, fisicamente, nas escolas do AEG. Pretende-se que constitua um dispositivo de comunicação de situações de maus tratos e de pedido de auxílio para todos os que têm receio de se exporem pessoalmente.

Objetivos

- Garantir às crianças/jovens o direito à palavra e à sua proteção.
- Incentivar a comunicação de situações de maus tratos infligidos a crianças e jovens.
- Atuar em situações que coloquem em risco/perigo crianças e jovens.

Indicadores

- % de crianças/jovens apoiados

Metas

- 100% das crianças/jovens apoiados



Divulgação do apoio das ECMIJ

São as entidades, públicas ou privadas (ECMIJ), que estão, por força das suas funções, em contacto com as crianças ou jovens que devem, numa primeira instância, tomar as providências necessárias para remover as situações de risco/perigo detetadas, atuando junto dos seus principais cuidadores. Sendo parceiras privilegiadas no que se refere à melhoria do desempenho parental, afigura-se de extrema relevância que pais e outros representantes legais conheçam o papel desenvolvido por estas entidades, quer ao nível da avaliação, diagnóstico e intervenção em situações de risco e perigo, quer no que à prevenção das mesmas diz respeito.

Objetivos

- Valorizar e reforçar o papel interventivo das ECMIJ, enquanto prestadoras de serviços de qualidade em resposta às necessidades e características de cada família.
- Promover o bem-estar das famílias e dos seus elementos numa perspetiva integrada.

Indicadores

- N° de ações de divulgação dos serviços prestados pelas ECMIJ no âmbito da parentalidade positiva

Metas

- Pelo menos uma ação de divulgação anual por ECMIJ



Portal da Criança/Jovem e Família Gavionenses

O Portal da Criança/ Jovem e Família Gavionenses pretende aglutinar informação sobre os vários serviços da comunidade a que crianças/jovens e famílias/cuidadores podem recorrer para receber apoio adequado às suas necessidades e ter auxílio no cumprimento das suas responsabilidades parentais.

Para além da dimensão informativa, o Portal privilegiará a vertente da participação, disponibilizando espaços para apresentação de sugestões de melhoria dos serviços e para comunicação de situações de perigo (de forma anónima ou com identificação), sendo este último apenas visível pelos elementos da CPCJ gestores do Portal. Irá inserir-se também a funcionalidade *Click to Call*, que permite a qualquer momento solicitar o contacto de um assistente, via email ou telefone.

Objetivos

- Fomentar uma abordagem integrada dos serviços da comunidade.
- Facilitar as interações das crianças/jovens e famílias com as ECMIJ.

Indicadores

- % de satisfação dos utilizadores

Metas

- 75% dos utilizadores satisfeitos com um aumento de 5%/ano



Espaço de Apoio ao Estudo

O diagnóstico local realizado evidenciou que as situações de insucesso escolar e de mediania dos resultados se vão agravando ao longo da escolaridade obrigatória, assumindo este facto ainda maior expressão em crianças/jovens inseridos em contextos familiares desfavorecidos económica e socialmente. Há, pois, que centralizar a ação na prevenção e na equidade, por forma a que todas as crianças/jovens usufruam das mesmas oportunidades, evitando a exclusão educacional. Os espaços a dinamizar, que se pretendem descentralizados (um em cada freguesia), contarão com uma bolsa de voluntários locais com perfil adequado para o efeito.

Objetivos

- Complementar/otimizar aprendizagens/competências.
- Desenvolver atitudes positivas face ao estudo e à escola, autoconfiança, autoestima, autonomia e autorregulação.
- Promover o direito ao sucesso escolar.

Indicadores

- N° de crianças/jovens apoiados

Metas

- Pelo menos 70% de crianças/jovens apoiados com progresso na sua aprendizagem



Assembleia Infantojuvenil Gavionense

No art.º 12º da Convenção sobre os Direitos da Criança pode ler-se que a criança/jovem “tem o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração.” É com base neste pressuposto que se delineou esta ação que pretende dar voz à população infantojuvenil do concelho.

A Assembleia da Juventude Gavionense deve constituir-se como um espaço de debate e de partilha, por excelência, onde crianças e jovens podem contribuir com as suas ideias, opiniões e visão para a resolução de questões que afetem o seu presente e o futuro individual e coletivo.

Objetivos

- Estimular o gosto pela participação cívica.
- Promover o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões.
- Estimular as capacidades de expressão e argumentação na defesa das ideias.

Indicadores

- Nº de assembleias
- Nº de participantes

Metas

- Pelo menos 2 assembleias anuais
- Mínimo de 30 crianças/jovens por assembleia



Gabinete de Apoio ao Adolescente

A adolescência é uma fase de extrema importância no desenvolvimento humano e, por essa razão, merece uma atenção e foco especiais.

A criação de uma valência de apoio à adolescência, no Centro de Saúde de Gavião, assume especial relevância, dado tratar-se de um grupo sujeito a vários riscos e se otimizarem ganhos na saúde com uma intervenção preventiva.

Neste espaço de informação e apoio, as áreas de promoção da saúde prioritárias irão centrar-se ao nível da saúde mental, saúde oral, alimentação saudável, saúde sexual e reprodutiva, consumo de substâncias lícitas e ilícitas e doenças transmissíveis.

Objetivos

- Promover a saúde integral dos jovens nas várias dimensões.
- Reforçar os fatores de proteção relacionados com os estilos de vida saudáveis.
- Estimular a prevenção de comportamentos de risco.

Indicadores

- % de jovens apoiados pelos profissionais de saúde afetos a este gabinete
- Grau de satisfação dos jovens que recorrem a este espaço

Metas

- 100% dos jovens que recorrem a este serviço, apoiados
- 100% de satisfação dos jovens que recorrem a este espaço



GaviBus

Considerando que a oferta de atividades lúdicas, culturais e desportivas se concentra essencialmente na sede de concelho e que, no território, se verifica a escassez de transportes públicos, facto que limita a mobilidade dos jovens, surge a necessidade da criação de um transporte extraescolar que assegure a deslocação das crianças e dos jovens de todas as freguesias. Pretende-se, assim, com esta medida garantir a equidade no acesso à cultura e lazer.

Objetivos

- Assegurar o transporte de todas as crianças/jovens que pretendam frequentar atividades de carácter lúdico, recreativo e cultural fora do horário letivo.

Indicadores

- % de satisfação dos utilizadores

Metas

- 80% dos utilizadores satisfeitos com um aumento de 5%/ano



Deslocalização do ATL

A Portaria nº644-A/2015 (art.5º, nº3) refere que, no 1º Ciclo, “A CAF deve desenvolver-se, preferencialmente, em espaços não escolares”. A proposta de deslocalização do ATL, nos períodos de interrupção letiva, para um espaço adequado e externo às instalações escolares, prende-se com o facto de muitas crianças frequentarem esta oferta e, por isso mesmo, passarem praticamente o ano inteiro no espaço escolar, o que poderá comprometer o gosto pela escola e confundir as finalidades inerentes ao funcionamento da mesma.

A dinamização deste espaço deve assentar num projeto consolidado e articulado entre a Associação de Pais (ATL) e o Município (Férias Desportivas e Biblioteca Municipal) para rentabilização de recursos/equipamentos/espacos e otimização das atividades promovidas, em benefício das crianças que delas usufruem.

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impedir o comprometimento do gosto pela escola. ▪ Combater o impacto negativo, na saúde mental das crianças, causado pela excessiva permanência no espaço escolar.
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ % de satisfação dos utilizadores face à mudança
Metas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pelo menos 95% dos utilizadores satisfeitos com a mudança



Loja Social/Solidária

A Loja Social/Solidária pretende assumir-se como uma estrutura de atendimento e acompanhamento de proximidade, com a finalidade de suprir algumas das necessidades mais prementes de famílias carenciadas. Esta resposta de intervenção e emergência social irá contar com donativos de particulares ou empresas, que, solidariamente, se queiram associar a esta medida de proteção social.

Os diversos bens doados serão colocados à disposição dos beneficiários, em local a definir para o efeito.

Objetivos

- Melhorar as condições de vida de pessoas em situação de maior vulnerabilidade económica e social.
- Combater a pobreza e a exclusão social.
- Potenciar o espírito de solidariedade civil e responsabilidade social.
- Incentivar o voluntariado local.

Indicadores

- % de famílias apoiadas

Metas

- Pelo menos 80% das famílias apoiadas



Creche para Todos

A creche, além de um direito de toda e qualquer criança, é hoje uma necessidade. Com efeito, a tentativa de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar coloca grandes desafios aos pais/cuidadores que, desde cedo, precisam de uma resposta efetiva por parte de serviços de apoio à infância, nomeadamente creches.

O concelho conta com apenas um destes estabelecimentos (Santa Casa da Misericórdia), em Gavião, sendo, por isso, determinante que se criem condições para que todas as crianças dos 0 aos 3 anos tenham a possibilidade de o frequentar, nomeadamente assegurando o seu transporte. Só assim, estas crianças poderão ter acesso a um espaço de qualidade, facilitador do seu desenvolvimento físico, emocional, afetivo, cognitivo e social.

Objetivos

- Garantir que todas as crianças dos 0 aos 3 anos não vejam limitado o seu acesso a esta resposta social por falta de transporte.
- Proporcionar o desenvolvimento integral das crianças num clima adequado.

Indicadores

- N° de pedidos de transporte

Metas

- 100% dos pedidos de transporte concedidos



Interações com entidades congéneres e ECMIJ

Ancorada nos princípios da Governança Integrada (GovInt), pretende-se com esta ação o reforço de uma cultura organizacional que privilegie a colaboração, a partilha de recursos e a parceria estratégica. Considera-se que um modelo cooperativo de reflexão e ação irá permitir uma maior eficácia e eficiência na resposta aos problemas sociais complexos com que estas entidades se debatem diariamente. A intensificação de relações interorganizacionais de colaboração em torno de questões comuns, através de modelos combinados de organização do trabalho, presencial e a distância, será determinante na troca de experiências, na procura de soluções e na formação de solidariedades estratégicas.

Objetivos

- Desenvolver uma abordagem da complexidade através de modelos colaborativos.
- Reforçar o conceito de "comunidade de prática".
- Aumentar a eficiência e eficácia dos processos e a qualidade dos serviços prestados.

Indicadores

- N° de reuniões (presenciais/a distância) com entidades congéneres
- N° de reuniões (presenciais/a distância) com ECMIJ

Metas

- Pelo menos 1 reunião anual com entidades congéneres do distrito.
- Pelo menos 2 reuniões anuais com ECMIJ



Dispositivos de avaliação/aferição de satisfação

Pretende-se com esta ação implementar um modelo de autoavaliação do desempenho da Comissão, com vista à melhoria da prestação do serviço. A definição de um sistema claro, transparente e eficaz de avaliação de eficiência de processos e de objetivos deve ser prática de uma organização que perspetiva processos de melhoria contínua, conducentes ao desenvolvimento de uma sustentada cultura de excelência.

Para o efeito irão ser delineados mecanismos/dispositivos de avaliação e monitorização, que identifiquem áreas de excelência e oportunidades de melhoria.

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a reflexão/avaliação da atuação dos membros da CPCJ, com vista à melhoria da sua intervenção. ▪ Aferir a satisfação das crianças/jovens e suas famílias face aos serviços prestados pela CPCJ.
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de momentos formais de reflexão/avaliação realizados ▪ % de crianças/jovens e respetivas famílias satisfeitas com os serviços prestados pela CPCJ
Metas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pelo menos 1 momento formal de reflexão/avaliação, por ano ▪ 100% das crianças/jovens e respetivas famílias satisfeitas com os serviços prestados pela CPCJ.



Prémio “Universidade de Verão”

A atribuição deste prémio destina-se aos alunos do 10º ano de escolaridade, independentemente da oferta formativa que frequentam. Será feita anualmente, mediante a apresentação de candidaturas que enquadrem o seu regulamento.

Esta ação traduz-se numa oportunidade ímpar de os jovens experienciarem um ambiente privilegiado de cultura e ciência, e, complementarmente, procederem a uma escolha mais consciente e segura do percurso académico que pretendem trilhar.

Objetivos

- Incentivar os jovens ao prosseguimento de estudos.
- Ajudar os jovens a descobrir a sua vocação.
- Fomentar o sucesso escolar.

Indicadores

- % de alunos que se candidatam ao prémio
- Grau de satisfação com a experiência

Metas

- Pelo menos 50% dos alunos que frequentam o 10º ano candidatam-se ao prémio
 - 100% dos alunos contemplados satisfeitos com a experiência
-

Monitorização e avaliação do PLPPDCJ

O Plano delineado será subseqüentemente avaliado informalmente nos próximos quatro anos de sua vigência. Pressupõe-se, com esta avaliação, validar a implementação das ações/medidas propostas e compreender o impacto da aplicação das mesmas na promoção e proteção dos direitos das crianças e dos jovens, na minimização das desigualdades e na capacitação comunitária.

Ao longo da implementação das ações propostas, analisar-se-á em que medida as atividades e os resultados obtidos correspondem aos esperados, identificando o que correu satisfatoriamente, as fragilidades do projeto e as necessidades de ajuste do mesmo; avaliar-se-á se cada ação alcançou a meta prevista para cada um dos seus objetivos, de modo a compreender a efetividade e eficácia das propostas, e verificar-se-á o impacto produzido pelas mudanças geradas na condição de vida da população e, subseqüentemente, na vida das crianças e dos jovens. Considera-se ainda a avaliação contínua do funcionamento das ações propostas, no sentido de compreender se o público beneficiário está a ser abrangido; perceber se os instrumentos e recursos necessários são suficientes e eficazes; entender se as entidades responsáveis pela concretização do projeto favorecem a execução do mesmo e perceber se os técnicos envolvidos na sua implementação favorecem o sucesso do mesmo.

No final do período de vigência do presente documento avaliar-se-á, através da aplicação de um instrumento quantitativo, o sucesso da aplicação das ações definidas, assim como oportunidades de reajuste do Plano, passíveis de aplicar em planos precedentes.

Referências

Haguette, Teresa. (1997). *Metodologias qualitativas na sociologia* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1996). *Técnicas de Pesquisa* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

Leandro. (2008, Junho 18). *Modalidade alargada das Comissões de Proteção* (mensagem de blog). Disponível em <https://cpcjtavira.blogs.sapo.pt/28910.html>

PORDATA - Estatísticas, gráficos e indicadores. Disponível em <https://www.pordata.pt/>

Portal do INE. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

Nota:

Foram solicitadas informações ao AEG, à CMG, ao ISS, ao IEFP, AO Centro De Saúde de Gavião e à SCMG.



**“Não existe revelação mais nítida da alma
de uma sociedade do que a forma como
esta trata as suas crianças.”**

Nelson Mandela